



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA
VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

DANIQUELE PINHO ANDRADE

**AÇÃO COLETIVA DE AGROEXTRATIVISTAS EM
CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DO CERRADO: ESTUDO DE CASO EM
PIRENÓPOLIS – GO**

PUBLICAÇÃO: 124/2016

**BRASÍLIA/DF
FEVEREIRO/2016**

DANIQUELE PINHO ANDRADE

**AÇÃO COLETIVA DE AGROEXTRATIVISTAS EM CIRCUITOS CURTOS DE
COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DO CERRADO: ESTUDO DE CASO EM
PIRENÓPOLIS – GO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

**Orientador (a): Prof. Dr. Janaína Deane de Abreu
Sá Diniz**

**Brasília/DF
Fevereiro/2016**

ANDRADE, D. P. **Ação coletiva de agroextrativistas em circuitos curtos de comercialização de produtos do cerrado: estudo de caso em Pirenópolis – GO.** 2016, XX f. Dissertação. (Mestrado em Agronegócio) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado/tese de doutorado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

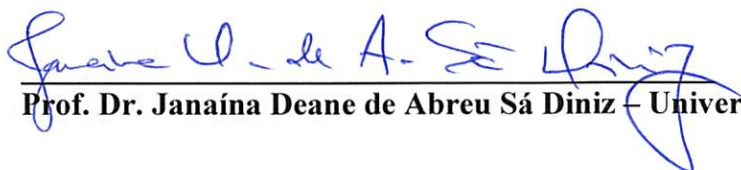
AAN553 a	<p>Andrade , Daniquele</p> <p>Ação coletiva de agroextrativistas em circuitos curtos de comercialização de produtos do Cerrado: estudo de caso em Pirenópolis - GO / Daniquele</p> <p>Andrade ; orientador Janaína Diniz. -- Brasília, 2016.</p> <p>117 p.</p> <p>Dissertação (Mestrado - Mestrado em Agronegócios) Universidade de Brasília, 2016.</p> <p>1. agroextrativismo . 2. ação coletiva. 3. circuitos curtos. 4. comercialização. 5. Pirenópolis .</p> <p>I. Diniz, Janaína , orient. II. Título.</p>
-------------	---

DANIQUELE PINHO ANDRADE

**AÇÃO COLETIVA DE AGROEXTRATIVISTAS EM CIRCUITOS CURTOS DE
COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DO CERRADO: ESTUDO DE CASO EM
PIRENÓPOLIS – GO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Agronegócios, da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Agronegócios.

Aprovada pela seguinte Banca examinadora:



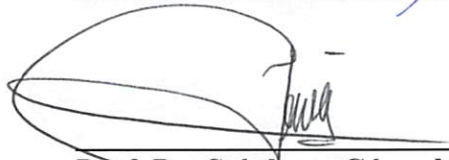
Prof. Dr. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Maria Júlia Pantoja – PROPAGA/UnB (EXAMINADOR INTERNO)



Prof. Dr. Mônica Celeida Nogueira – PPG-MADER/CDS (EXAMINADOR EXTERNO)



Prof. Dr. Stéphane Gérard Emile Guéneau – CIRAD/CDS (SUPLENTE)

Brasília, 23 de fevereiro de 2016

Dedico ao meus pais, Angelita e Francisco, por todo amor,
por toda dedicação e por todas as palavras de incentivo.

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, por me acompanhar e me dar forças, mesmo quando eu acreditava que não daria conta, me fez enxergar mais além.

Agradeço ao meus pais, Angelita Alves de Andrade e Francisco Maninho de Andrade, que desde sempre me incentivaram para minha realização profissional e pessoal, sou eternamente grata. Essa dissertação é fruto de todo amor e dedicação deles e dos meus irmãos, Daniele Alves de Pinho Andrade e Thales Pinho Andrade.

Agradeço ao meu namorado Valrey Alvino da Silva, por dias e noites me incentivando e auxiliando no desenvolvimento da minha dissertação, pela sua paciência quando ficava um pouco estressada ou quando não estava disponível por ter que estudar, as viagens que não fizemos por eu ter que escrever, aos finais de semana em casa estudando juntos e por se um ótimo auxiliar de campo.

Agradeço em especial à minha orientadora Janaína Deane de Abreu Sá Diniz, que desde a minha graduação me acompanhou e acreditou no meu potencial, por sempre incentivar a minha formação e continuidade no meio acadêmico.

Agradeço ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade - IABS, em especial ao Luis Tadeu Assad, por toda a paciência e cooperação, disponibilizando dias livres para meus estudos, mesmo em meios de tanto trabalho do Instituto. Agradeço aos meus colegas de trabalhos, que sempre me deram forças para terminar o meu mestrado, meus agradecimentos vão em especial à Poliana Marques, ao Everton Araújo, à Carolina Gomes, à Fernanda Nascimento, à Tila Maria, ao Fabinho, à Priscilla, à Edilene, à Daniele e a todos os colaboradores do Instituto, meu muito obrigada!

Agradeço a Elizane do Sabores da Terra e ao Manuel “Maneco” da Trem do Cerrado, ambos de Pirenópolis, por todo apoio que recebi para a minha pesquisa de campo, sem eles não teria acesso a entrevistados suficientes para o desenvolvimento da minha dissertação.

Finalmente, agradeço a todos os entrevistados de Pirenópolis e dos povoados de Caxambu, da Placa e de Bom Jesus, por cederem um tempinho do seu dia corrido para realização da minha pesquisa.

“Um passo a frente e você não está mais no mesmo lugar”

Chico Science

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo compreender as ações coletivas, no que tange à forma como os agroextrativistas se organizam para inserção de produtos da biodiversidade do Cerrado nos circuitos curtos de comercialização. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico referente aos circuitos curtos de comercialização, as estruturas da reciprocidade e a economia solidária, relacionando-os com a ação coletiva e as principais formas de organização social. Buscou-se uma caracterização geral do bioma Cerrado, destacando especialmente a importância do agroextrativismo, seus principais desafios e oportunidades para acesso a estes mercados. A pesquisa de campo ocorreu no município de Pirenópolis, no estado de Goiás, englobando, principalmente, os povoados de Bom Jesus, Placa e Caxambu. Realizou-se entrevistas semiestruturadas e observação direta com agroextrativistas, redes/organizações sociais, empreendimentos e demais atores chaves no processo. A pesquisa possibilitou identificar quatro agroextrativistas na localidade de Bom Jesus, três agroextrativistas na Placa e uma associação em Caxambu, bem como três empreendimentos familiares, onde dois são extrativistas e o outro compra os frutos de extrativistas da região. Como resultado deste levantamento de campo, identificou-se que na região, aproximadamente há 20 anos atrás, existiram iniciativas de organizações coletivas, porém, com o tempo, estas se tornaram fragilizadas devido a problemas relacionados ao trabalho coletivo. Foram identificados casos de reciprocidade binária assimétrica em famílias do povoado da Placa e Bom Jesus e reciprocidade simétrica (*face a face*) nas vendas diretas e vendas de eventos. Os principais canais de comercialização são as vendas diretas e indiretas, com, no máximo, um agente intermediário. Em Pirenópolis predomina-se a venda indireta em estabelecimentos, principalmente em lojas, restaurantes e pousadas. Conclui-se que a ação coletiva é pouco presente, por serem praticamente ausentes às iniciativas de organizações coletivas na região, porém, é visível a existência dos circuitos curtos de comercialização, nos quais o acesso de agroextrativistas é mais facilitado, além de possibilitarem sua aproximação aos consumidores finais. A pesquisa confirmou a importância de se estudar a ação coletiva nas organizações coletivas, uma vez que existem poucos estudos voltados a esta temática. Espera-se também que a pesquisa auxilie novos projetos e programas futuros para o incentivo da organização coletiva na região.

Palavras-chaves: agroextrativismo, ação coletiva, circuitos curtos, comercialização, Pirenópolis

ABSTRACT

This dissertation paper has the objective of understanding collective action, related with how wild collectors (agroextractivists) organize themselves to insert products from Cerrado biodiversity into short marketing circuits. In order to achieve this, a review of current literature was carried out, involving topics such as short marketing circuits, reciprocity structures and solidary economy, relating them with collective action and the main forms of social organization. A general characterization of the Cerrado biome was presented, with special emphasis on the importance of agroextractivism and its main challenges and opportunities to gain entry into these markets. Field work took place in the municipality of Pirenópolis, in the state of Goiás, mainly in the villages of Bom Jesus, Placa and Caxambu. Semi-structured interviews were carried out and in addition to direct observation with agroextractivists, social networks and organizations, businesses and other key stakeholders in the process. The research identified four agroextractivists in Bom Jesus, three in Placa and an association in Caxambu, as well as three family businesses, two of which are extractivists and the other buys fruit from agroextractivists from the region. As a result of this field assessment, findings indicated that, approximately 20 years ago, there were collective organizations in the region. However, as time went by, they became fragile due to problems related with collective work. Cases of asymmetric binary reciprocity were found in families from Placa and Bom Jesus, and symmetric reciprocity (face to face) in direct sales and sales for events. The main marketing channels are direct and indirect sales with one middleman, at most. In Pirenópolis, indirect sales in establishments are predominant, mainly in stores, restaurants and inns. The conclusion is that collective activities are scarce, since they are practically absent from initiatives by collective organizations in the region. However, the existence of short marketing circuits is visible, in which access is facilitated for agroextractivists, in addition to making their approximation to end consumers possible. The study confirmed the importance of studying collective activities in collective organizations, considering the lack of studies about this topic. The study is also expected to assist new projects and future programs in fostering collective organization in the region.

Keywords: agroextractivism, collective action, short marketing circuits, marketing, Pirenópolis

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos Biomas Brasileiros	27
Figura 2 - Esquema representativo das etapas metodológicas para desenvolvimento da pesquisa	46
Figura 3 - Mapa de localização de Pirenópolis - GO.....	48
Figura 4 – Linha do tempo das iniciativas para valorização dos produtos oriundos de frutos do Cerrado em Pirenópolis – GO.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapeamento dos diferentes mercados dos Circuitos Curtos de Comercialização.....	11
Quadro 2 - Estruturas Elementares da Reciprocidade.....	17
Quadro 3 - Características dos Empreendimentos Econômicos Solidários	21
Quadro 4 – Categorização das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável.....	30
Quadro 5 - Características das principais das frutas nativas do Cerrado com potencial de uso sustentável	40
Quadro 6 - Caracterização dos povoados estudados no município de Pirenópolis - GO.....	50
Quadro 7 – Categorização dos agroextrativistas, organizações e demais atores entrevistados	56
Quadro 8 – Principais problemas que afetaram a associação A	64
Quadro 9 - Principais problemas que afetaram a associação B.....	66
Quadro 10 – Mapeamento dos mercados de circuitos curtos de comercialização em Pirenópolis.....	71
Quadro 11 – Análise comparativa dos objetivos específicos da pesquisa com os principais resultados alcançados.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento demográficos das principais unidades da Federação com áreas de Cerrado (1960 - 2010).....	25
Tabela 2 – Categorias das Unidades de Conservação Federais e Estaduais no Bioma Cerrado.....	32
Tabela 3 – Comparativo de área, habitante e densidade demográfica de Pirenópolis, Anápolis, Goiânia e Brasília	53
Tabela 4 – Produto Interno Bruto de Pirenópolis – GO.....	54
Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Pirenópolis – GO.....	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP – ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE

CDB – CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA

CENESC – CENTRO DE ESTUDOS E EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DO CERRADO

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

CNUMAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO

EES – EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

FAO/ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO

GEF – FUNDO PARA O MEIO AMBIENTE MUNDIAL

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSO NATURAIS RENOVÁVEIS

IDH – INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IMB – INSTITUTO MAURICIO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

IPHAN – PATRIMÔNIO HISTÓRICO NACIONAL

ISPN – INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

MDS – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

PAA – PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)

PAE – PROGRAMA DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DO EXTRATIVISMO

PFNM – PRODUTOS FLORESTAIS NÃO MADEIREIROS

PGPM – POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO

PMCF – PROGRAMA FEDERAL DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO E FAMILIAR

PNAE – PROGRAMA NACIONAL DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE),

PNPCS – PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DAS CADEIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE

PNPCT – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

PPP – PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS

RL – RESERVA LEGAL

SNUC – SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

ZZE – ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Situação Problema	3
Justificativa	4
Objetivo Geral.....	6
Objetivos específicos	6
1 CAPÍTULO I: CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E AÇÃO COLETIVA	7
1.1 Cadeias Curtas: Circuitos Curtos de Comercialização Como Uma Alternativa	7
1.1.1 Os Circuitos Curtos de Comercialização.....	9
1.2 Abordagem Sucinta da Ação Coletiva	13
1.2.1 A Prática da Reciprocidade	16
1.2.2 A Economia Solidária e as Organizações Coletivas.....	19
1.3 Conclusão do Capítulo	22
2 CAPÍTULO II: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO	23
2.1 Histórico de Ocupação e Caracterização Geral do Bioma Cerrado	23
2.1.1 Caracterização Geral do Bioma Cerrado	26
2.2 Potencial do extrativismo no Bioma Cerrado	34
2.2.1 O caso dos Produtos Florestais Não Madeireiros Vegetais.....	37
2.3 Os Principais Mercados para os Produtos do Agroextrativismo.....	42
2.4 Conclusão do Capítulo	45
3 CAPÍTULO III: METODOLOGIA	46
3.1 Descrição da Área de Estudo	48
4 CAPÍTULO IV: AÇÃO COLETIVA DE AGROEXTRATIVISTAS EM CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO EM PIRENÓPLIS – GO.....	52
4.1 Perfil socioeconômico da região	52

4.2	Descrição dos agroextrativistas e demais atores envolvidos.....	55
4.2.1	Povoado Caxambu.....	56
4.2.2	Povoado Bom Jesus.....	57
4.2.3	Povoado da Placa.....	59
4.2.4	Pirenópolis.....	60
4.3	Ação coletiva dos agroextrativistas em circuitos curtos de comercialização em Pirenópolis – GO	62
4.3.1	Os circuitos Curtos de Comercialização.....	69
4.4	Conclusões do Capítulo.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS		75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		77
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE CAMPO AGROEXTRATIVISTAS (PRÉ-TESTE).....		85
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA ORGANIZAÇÃO (PRÉ-TESTE).....		91
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DE CAMPO.....		95

INTRODUÇÃO

Está no processo histórico das civilizações a formação de grupos para alcance de determinados objetivos comuns. Os grupos são formados com intuito de facilitar o acesso a certos benefícios, possibilitando a repartição igualitária ou de acordo com a quantidade de trabalho/esforço de cada membro.

Existem determinadas regras/normas, que podem ser formalizadas ou não, que condicionam sua permanência. Da mesma maneira, as organizações coletivas funcionam por meio da coordenação entre os membros, como as associações, cooperativas e outras formas de organizações, formais e/ou não formais. Essas organizações podem atuar de diversas maneiras, como para a produção de bens e serviços, o fortalecimento e representação dos movimentos sociais, a realização de mutirões (ex: plantio de mudas em uma área degradada dentro de um assentamento rural, colheita, construção de casas), entre outros.

No Brasil, a modernização da agricultura no séc. XX influenciou e fortaleceu os movimentos sociais e intensificou a criação de organizações coletivas voltadas principalmente para acessar os mercados, haja vista que com a Revolução Verde, muitos agricultores familiares ficaram à mercê do sistema, onde se reduziu de forma significativa as áreas de produção familiar tradicional, ocasionando o aumento do êxodo rural para as grandes cidades.

O paradigma do desenvolvimento rural entra como uma alternativa contrária à modernização da agricultura, no qual se busca um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos, busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais (PLOEG, 2000). O agroextrativismo, quando praticado de forma sustentável, pode ser uma atividade complementar de renda viável para o agricultor familiar que tenha em sua propriedade áreas de vegetação nativa, além de ser uma estratégia para conservação do bioma (DINIZ et al., 2011).

O presente trabalho tem como enfoque o estudo das organizações coletivas em comunidades locais que praticam o aproveitamento sustentável da biodiversidade¹ do Cerrado,

¹ Consoante o Art. 2º do texto da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a diversidade biológica é conceituada como “a variabilidade dos organismos vivos e toda origem, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte;

agregando valor às espécies vegetais nativas, com inovações em produtos diferenciados, para obter renda complementar ao se inserirem em diferentes mercados, principalmente, naqueles que apresentam circuitos curtos de comercialização.

Neste caso, consideram-se circuitos curtos de comercialização como sendo a distribuição direta ou aquela em que existe no máximo um agente intermediário, onde se busca uma maior proximidade física, percorrendo poucos quilômetros entre a produção e a distribuição, valorizando a produção local e que constitua ou fortaleça a relação social – construção da confiança, reputação e responsabilidade - no processo de negociação entre os atores envolvidos.

Existe uma grande biodiversidade no bioma Cerrado, onde já foram identificados grupos de espécies com diferentes potenciais de uso: alimentar, medicinal, forrageiro, artesanal, madeireiro, melífero, condimentar, oleaginoso, entre outros (AQUINO et al., 2008). Segundo Ribeiro (2008), o Cerrado é caracterizado também por uma enorme diversidade cultural (povos indígenas e povos tradicionais como quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, pescadores, quebradeiras de coco, entre outros), que utilizam dos seus benefícios para a manutenção de suas famílias, de forma já enraizada ou então adquirida com o tempo.

A área de abrangência do estudo concentrou-se em Pirenópolis, no estado de Goiás, englobando, principalmente, os povoados de Bom Jesus, Placa e Caxambu. O município é conhecido pelos atrativos turísticos e de lazer, dos recursos naturais, das áreas rurais, do patrimônio histórico arquitetônico e da rica cultura local. A região é privilegiada pela sua localização, próxima ao Distrito Federal, possibilitando um grande fluxo de pessoas, geralmente com alto poder aquisitivo, principalmente nos finais de semana, além de turistas de outras regiões do Brasil e até mesmo de outros países.

Em algumas localidades desta região o agroextrativismo se mantém presente, principalmente com coletores da castanha de baru (*Dipteryx alata* Vog.), que comercializam seus produtos no mercado local (feiras, comércios, pousadas, restaurantes, direto ao consumidor, ou ainda por meio dos agentes intermediários), com uma boa aceitação, principalmente pelos turistas que veem os produtos como algo exótico, uma novidade. Em vista

compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”. Biodiversidade não é simplesmente um produto da natureza, mas em muitos casos é a produção da ação das sociedades e culturas humanas, em particular, das sociedades tradicionais não-industriais (DIEGUES et al., 1999).

disso, surgiu a possibilidade do ingresso de novos empresários neste ramo, com produtos diferenciados. No entanto, é importante se compreender de que maneira estes atores se organizam, seja de forma coletiva ou individual, para se inserirem nesses circuitos curtos de comercialização.

Em síntese, o objetivo do estudo é compreender as ações coletivas, no que tange à forma como os extrativistas se organizam para inserção de produtos da biodiversidade do Cerrado nos circuitos curtos de comercialização.

A pesquisa está estruturada em cinco grandes seções. A primeira é a introdução, contendo a situação problema, a justificativa, e os objetivos gerais e específicos. As demais seções estão distribuídas em quatro capítulos.

O primeiro capítulo discute de forma conceitual os circuitos curtos de comercialização, englobando conceitos-chave sobre cadeias produtivas e canais de comercialização. A última parte deste capítulo aborda esses conceitos e estruturas da reciprocidade e da economia solidária, relacionando-as com a ação coletiva e as principais formas de organização social.

O segundo capítulo aborda a importância do Bioma Cerrado, com ênfase nos desafios e oportunidades para os agroextrativistas. Para tanto, é apresentada uma caracterização geral do bioma, a fim de se compreender o seu processo histórico de ocupação, discutir sobre a importância do agroextrativismo no Cerrado, assim como seus principais mercados de acesso.

Já o terceiro capítulo detalha a metodologia utilizada para a realização do estudo como um todo. Em um segundo momento, tem como foco a descrição da área do estudo. Este capítulo contextualiza, ainda, sinteticamente, o processo histórico de ocupação de Pirenópolis, a fim de justificar o motivo de escolha da região pesquisada. Por fim, o quarto e último capítulo, apresenta os principais resultados da pesquisa e as considerações finais.

Situação Problema

A dificuldade de acesso aos mercados convencionais, no que diz respeito à introdução de produtos novos (com padrão de qualidade e de acordo com normas fiscais), com alta escala a preços competitivos, é um entrave regulatório para os pequenos produtores familiares,

principalmente aqueles que retiram sua renda complementar do agroextrativismo e de outras atividades não-agrícolas (INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA - ISPN, 2012). No entanto, já existem mecanismos que reduzem essas dificuldades, formas que sempre existiram e que hoje voltam a ganhar destaque, como a venda direta dentro da unidade produtiva e as feiras livres.

Inserir um produto no mercado – o estudo em questão tem como foco o mercado de nível curto (venda direta ou no máximo com um intermediário) – pode ser facilitado com as formações de organizações coletivas, uma vez que o trabalho em grupo auxilia na redução de custos de produção e distribuição, favorece o aumento de escala e facilita as demandas por apoio financeiro e capacitações. No entanto, é crucial que essas organizações funcionem em sintonia, com fortes relações sociais, laços de confiança e com uma estrutura de governança consolidada por meio de mecanismos de controle internos e externos, delimitados de maneira participativa e democrática, com vistas a assegurar a execução dos objetivos comuns, garantindo assim, sua continuidade e princípios.

Com base no contexto exposto, levanta-se a seguinte questão: **Como os agroextrativistas se organizam para acessar os circuitos curtos de comercialização em Pirenópolis – GO?**

Pirenópolis é uma região que recebe um grande fluxo turístico, graças ao belo acervo arquitetônico, belas paisagens, alta gastronomia, festas populares, entre outros atrativos. Esses fatores possibilitam um mercado potencial para os produtos do agroextrativismo do Cerrado. Portanto, é necessário compreender a lógica organizacional para acesso a esse mercado, que é considerado, em sua maioria, de circuitos curtos, devido à proximidade local entre produtor e consumidor. Todavia, deve-se identificar até que ponto existe uma relação de cooperação entre os extrativistas e demais atores envolvidos para acesso a esses mercados. O estudo em questão se propõe a analisar de que forma eles se organizam e quais são os fatores decisórios para tanto.

Justificativa

O Cerrado apresenta um grande potencial de uso sustentável, devido à sua rica biodiversidade. Em se tratando dos frutos do Cerrado, sabe-se que já são conhecidos e utilizados

pela população local dezenas de frutíferas (AVIDOS; FERREIRA, 2004). O mercado para frutos do Cerrado em Pirenópolis é crescente, conforme comprovado em pesquisas de mercado já realizadas² que mostram o município como receptor de produtos à base de frutos do Cerrado a partir da demanda de diversos restaurantes, pizzarias, lojas para turistas, sorveterias e pousadas. Estudos de campo recentes³ apontam que seus fornecedores pertencem às comunidades localizadas dentro do próprio município. Assim, mostrou-se necessário um levantamento mais aprofundado das comunidades locais e dos incentivos para os mesmos comercializarem junto a esses estabelecimentos. Justifica-se o estudo em Pirenópolis - GO, principalmente pelo mercado em potencial para os frutos do Cerrado. Pode-se deduzir a existência de uma relação de proximidade entre o extrativista e o consumidor final. No entanto, há poucas informações estruturadas de como acontece, de fato, a inserção destes atores nos circuitos de comercialização de frutos do Cerrado na região.

Em Pirenópolis-GO, o mercado local é bem característico e se conhece a origem dos produtos. No entanto, é visível o papel do atravessador⁴, quando tratamos de comunidades extrativistas mais isoladas. Nesse processo, o atravessador se torna o único meio de solução imediata para escoamento da produção extrativista, principalmente pela dificuldade logística do agroextrativista em comercializar seu produto e pela ausência do Estado no apoio à produção e comercialização, mesmo tratando-se de mercados locais.

A organização dos agroextrativistas para acesso aos circuitos curtos de comercialização é o ponto crucial para análise desse estudo, tendo em vista as potencialidades de Pirenópolis, quando se considera a disponibilidade de frutos nativos do Cerrado. Desperta-se então, interesse cada vez maior dos moradores deste município pelo investimento em produtos locais, com expectativa de geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Assim, é importante compreender essa dinâmica e as relações sociais entre todos os atores envolvidos.

² Pesquisa realizada entre 2010 e 2012 sobre a demanda de produtos do Cerrado no Distrito Federal e Entorno (ANDRADE et al., 2012)

³ Levantamento de campo, entre junho e julho de 2015, para escolha da área de estudo da dissertação, conforme metodologia.

⁴ Os atravessadores fazem parte dos agentes intermediários, que garantem a relação entre o produtor e o consumidor. Em certas ocasiões o produtor fica dependente do atravessador, na maioria das vezes, pela dificuldade de escoar sua produção.

Objetivo Geral

Pretende-se, por meio do estudo, compreender as ações coletivas, no que tange à forma como os agroextrativistas se organizam para inserção de produtos da biodiversidade do Cerrado nos circuitos curtos de comercialização.

Objetivos específicos

- Levantar e identificar agroextrativistas, empreendimentos e demais atores envolvidos (formais e informais) na comercialização de frutos do Cerrado e seus derivados no município de Pirenópolis – GO; e analisar suas principais formas de organização;
- Estudar a ocorrência da ação coletiva, identificando as estruturas elementares de reciprocidade nas principais formas de organizações dos agroextrativistas de frutos do Cerrado em Pirenópolis;
- Investigar os principais canais de comercialização dos produtos dos agroextrativistas na região selecionada;
- Identificar e analisar os fatores decisórios envolvidos na forma de organização adotada pelos agroextrativistas de Pirenópolis.

1 CAPÍTULO I: CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E AÇÃO COLETIVA

Esta seção discutirá os circuitos curtos de comercialização, englobando conceitos-chave sobre cadeias produtivas e canais de comercialização. Considera-se aqui a relação social no processo de negociação na compra e venda dos produtos e da reaproximação entre o produtor e o consumidor. Entende-se, na pesquisa, que essa relação social é propiciada pela construção da confiança, reputação e reciprocidade entre os atores e agentes envolvidos. Estes elementos são fundamentais para a existência da ação coletiva, de modo que a última parte deste capítulo tratará sobre esses conceitos e estruturas, englobando a discussão sobre reciprocidade e economia solidária, relacionando-as com a ação coletiva e as principais formas de organização social.

1.1 Cadeias Curtas: Circuitos Curtos de Comercialização Como Uma Alternativa

O conceito de cadeia de produção, traduzido do termo *filière*, foi desenvolvido na Escola Industrial Francesa na década de 60, aplicada ao estudo da organização agroindustrial. De acordo com Morvan (1985), *filière* é uma série de operações, etapas, que levam a produção de bens. Possuem uma relação de interdependência ou complementariedade entre os agentes e são determinadas por forças hierárquicas. O mesmo autor considera que *filière* (cadeia) é um sistema que pode assegurar sua própria transformação e é influenciada pela vasta possibilidade imposta pela tecnologia e definida pelas estratégias dos agentes que buscam a maximização do lucro.

Zylbersztajan (2000), considera que o conceito de cadeias pode ser utilizado para analisar um sistema, auxiliando como uma ferramenta de gestão. Um sistema pode ser considerado como um “Conjunto de elementos interdependentes e integrantes ou um grupo de unidades combinadas que formam um todo organizado. Sistema é um conjunto ou combinações de coisas ou partes, formando um todo complexo ou unitário” (CHIAVENATO, 2000 p. 545).

De acordo com Castro (2002), o conceito de cadeia produtiva parte da premissa de que a produção de bens pode ser representada como um sistema, onde os diversos atores estão

interconectados por fluxos de materiais, de capital e de informação, objetivando suprir um mercado consumidor final com os produtos do sistema. A cadeia pode ser percorrida de montante a jusante, em três macro segmentos principais, a saber: produção de matéria prima, industrialização e comercialização (BATALHA, 1995).

A comercialização de um determinado produto está diretamente envolvida em toda a etapa da cadeia produtiva. A comercialização pode ser definida como a troca de bens e serviços entre os agentes econômicos. Como fruto dessas trocas, os agentes efetuam as chamadas transações, as quais fundamentam o funcionamento do sistema econômico (ZYLBERSZTAJN, 2000).

A comercialização pode acontecer de diversas formas dentro da cadeia produtiva, por isso a importância da compreensão dos canais de comercialização ou distribuição, mecanismos essenciais para que o produto chegue até o consumidor final. Rosebloom (1999) define os canais de distribuição como o caminho seguido por um produto desde sua concepção até o consumidor final; a transferência de posse entre várias firmas; ou ainda, como sendo uma coalizão de empresas reunidas com o propósito de realização de trocas.

O canal também é caracterizado pela sua extensão ou comprimento, podendo ser direto, quando não existem intermediários, ou seja, a comercialização é dada quando o produtor vende diretamente ao consumidor; ou indireto, quando há a presença de agentes intermediários entre o produtor e o consumidor (SPROESSER; LIMA FILHO, 2007). Dependendo da quantidade de intermediários no canal indireto, eles podem ser caracterizados como um canal indireto curto, ou seja, composto por, no máximo, um intermediário; ou por um canal indireto longo, composto por pelo menos dois intermediários, geralmente atacadista e varejista (DAROLT, 2011; SPROESSER; LIMA FILHO, 2007).

A presente pesquisa está voltada particularmente às cadeias curtas, ou seja, aquelas onde a comercialização acontece diretamente ou até no máximo com um agente intermediário. Considera-se que suas formas de comercialização possibilitem uma maior proximidade, facilitando o diálogo, gerando confiança e reputação entre o produtor e o consumidor.

1.1.1 Os Circuitos Curtos de Comercialização

A modernização da agricultura, com intensificação e especialização agrícola, a partir do século XX, propiciou o distanciamento entre o campo e a cidade (DAROLT, 2011). A venda direta, em consequência disso, sofreu uma transformação radical e, segundo Prezotto (2002), os agricultores excluídos desta nova dinâmica, ou aqueles que não chegaram a entrar nela, veem diminuir, cada vez mais, suas possibilidades de ingressar no mercado por meio do sistema agroalimentar moderno.

No entanto, questionamentos sobre a qualidade dos produtos alimentícios no sistema agroalimentar atual, como um exemplo emblemático brasileiro sobre a adulteração do leite por laticínios de grande porte, colaboram para uma mudança cada vez mais visível nas exigências do consumidor, a partir de uma demanda por alimentos de qualidade e confiáveis, com uma tendência de procura de alimentos regionais, tradicionais e/ou artesanais pelo consumidor. Associam, assim, qualidade à pequena produção, às práticas tradicionais, às paisagens, à natureza e aos recursos locais (CRUZ; SCHNEIDER, 2010).

A produção tradicional de alimentos se utiliza de métodos artesanais e pequena escala de processamento, ao contrário da produção convencional. A comercialização se dá por sistemas locais, por meio da proximidade e de relações de confiança entre produtor e consumidor para legitimar a qualidade do produto (CRUZ; SCHNEIDER, 2010). A valorização crescente de produtos tradicionais gera renda a pequenas propriedades familiares e propicia uma reaproximação entre o produtor e o consumidor. Produção essa que não se extinguiu, porém, por meio da modernização da agricultura, sofreu uma redução significativa. Contudo, há formas alternativas⁵ para inserção nos mercados diferenciados, ou seja, feiras, vendas diretas nas propriedades, redes de comercialização, entre outros.

Os circuitos curtos de comercialização se apresentam como uma alternativa viável de acesso aos mercados, para os agricultores familiares escoarem sua produção e impulsionar o desenvolvimento de sua localidade. No Brasil, ainda não existe uma definição oficial sobre os

⁵ Apesar da denominação utilizada como “formas alternativas de comercialização”, essas eram as formas principais de acesso aos mercados existentes antes da globalização, da modernização da produção e da distribuição de alimentos. Esses mercados diferenciados (ex: feiras e vendas diretas na propriedade) representam um resgate das formas antigas de comercialização.

circuitos curtos, no entanto, a pesquisa se embasará na definição do setor agroalimentar da França, onde os circuitos curtos se caracterizam pela distribuição de no máximo um (1) agente intermediário entre o produtor e o consumidor (CHAFFOTTE; CHIFFOLEAU, 2007).

De acordo com Darolt (2011), os circuitos curtos se distinguem em circuitos de venda direta (cestas a domicílio, venda direta dentro ou fora da propriedade, feiras livres, vendas para programas do Governo, etc) e de venda com um único intermediário (lojas virtuais, lojas especializadas, restaurantes, pequenos mercados, entre outros).

Os atravessadores fazem parte dos agentes intermediários. Há poucos estudos voltados para a denominação do atravessador, de acordo com Rognitz et al. (2007), em buscas de definições do termo, coloca que o papel fundamental do atravessador é o de comprar mercadorias a baixo preço para revendê-las e obter um grande lucro. Normalmente o produtor fica à mercê do atravessador por dificuldades de escoar sua produção devido à distância, falta de organização, falta de transportes, etc. De acordo com os mesmos autores, o atravessador pode participar de várias etapas do processo produtivo e até fornecer materiais para produção e equipamentos, com intuito de depois comprar a preços baixos toda mercadoria e revendê-las a preços altos, obtendo todo o resultado econômico das vendas. De todo modo, devido à ausência de estudos e definições do termo, é precipitado afirmar que o atravessador seja oportunista em todas as situações.

Os circuitos curtos de comercialização podem estar presentes em cinco tipos diferentes de mercado, em mapeamento proposto por Gazolla (2011), conforme quadro 1.

Quadro 1 – Mapeamento dos diferentes mercados dos Circuitos Curtos de Comercialização

TIPOS	DESCRIÇÃO
O mercado institucional	Esse tipo de mercado gera benefícios importantes, como o incremento da produção de vários produtos e das rendas geradas com as vendas para as famílias. Estimula a inserção nestes novos tipos de mercados que os programas geram e, por fim, o fortalecimento dos circuitos locais de produção e consumo. Dentre as limitações, as famílias têm que estar de acordo com os parâmetros institucionais impostos para executar a comercialização da produção e garantir a segurança alimentar e nutricional dos programas que ofertam.
O mercado de venda direta	Há um relacionamento de proximidade entre o produtor e consumidor dos produtos. Essa proximidade pode acontecer em uma feira local; em vendas na rua; na propriedade do produtor; entre outros locais. É considerado como mercado de cadeia curta, pelo fato de percorrer poucos quilômetros entre o local da produção, local da venda e consumo, além da negociação ser feita diretamente entre o produtor e o consumidor, sem a existência de um intermediário.
O mercado de eventos	Há também uma relação de proximidade entre o produtor e o consumidor, no entanto, há uma diferença em relação ao mercado da venda direta, uma vez que alguns desses mercados de eventos podem acontecer localmente, mas também podem acontecer distantes espacialmente dos locais de produção. São compostos pelas vendas em feiras, eventos, festas e nas diversas exposições. Esse tipo de mercado possibilita que se atinjam localidades fora da região de origem do produto.
O mercado com ponto de vendas formais	Nesse tipo de mercado, os produtos são formalizados de acordo com os aspectos sanitários, jurídicos e institucionais. Geralmente comercializam em supermercados locais, bares, bodegas, restaurantes e cantinas. A maioria exige que os produtos estejam formalizados. Exige-se a padronização e boa apresentação dos produtos e a regularidade de entregas. Muitos produtores não conseguem entrar neste tipo de mercado por não possuírem escala suficiente, fluxo contínuo de produção e os padrões de qualidade exigidos.
O mercado de organizações sociais em redes	Mercado caracterizado por organizações sociais formando redes em torno das iniciativas de agregação de valor, com intuito de comercializar os produtos. Constituem-se por cooperativas, associações, feiras de produtores, quiosques de venda, grupos informais de produtores, entre outros. São mercados construídos por organizações sociais de forma coletiva.

Fonte: Adaptado de Gazolla (2011).

Os circuitos curtos de comercialização estão dentro desses diversos mercados mapeados. Darolt (2011) relaciona algumas características das propriedades que optam em comercializar por meio dos circuitos curtos, a saber: maior autonomia; pequenas propriedades, predominantemente; maior ligação entre produtor e consumidor; mão de obra familiar, predominantemente; diversificação da produção e tendência a pluriatividade.

De acordo com o mesmo autor, quando há uma combinação entre uma produção sustentável e a comercialização via circuitos curtos, esta traz consigo impactos positivos, na esfera econômica local, por meio da geração de trabalho e renda; na esfera social, com a reaproximação entre consumidor e produtor; e na esfera ambiental, com valorização dos recursos naturais e da paisagem. De acordo com Schneider e Ferrari (2015), as cadeias curtas incorporam dimensões sociais, espaciais e econômicas, a saber:

Espacial, ao reduzir a distância que alimentos viajam entre produção e consumo; social, ao promover contato face a face entre produtores e consumidores, promovendo confiança e integração comunitária na cadeia; e econômica, ao criar mercados locais para a produção permitindo aos produtores primários capturar mais valor da cadeia de alimentos (p. 9).

É importante considerar a diversidade e a interdependência dos atores e instituições envolvidas nos circuitos curtos de comercialização, onde a coordenação entre os distintos atores pode contribuir para a revalorização dos alimentos tradicionais, bem como para a construção ou consolidação das cadeias curtas de produção e consumo (CRUZ; SCHNEIDER, 2010). Cabe ressaltar que a cooperação, o auxílio coletivo na produção, no processamento e no escoamento, atua como um maximizador de forças e facilitador dentro de uma comunidade que visa a valorização e o acesso de seus produtos aos circuitos curtos de comercialização. Mostra-se importante então a discussão da ação coletiva no processo de organização desde o início da produção até a chegada ao consumidor final. Para tanto, a segunda parte do capítulo foi destinada à compreensão da ação coletiva e seus desdobramentos, com vistas a relacioná-la à discussão conceitual sobre os circuitos curtos de comercialização.

1.2 Abordagem Sucinta da Ação Coletiva

A teoria da ação coletiva discute o porquê de os indivíduos optarem por atuar conjuntamente para alcance de um objetivo comum, ao invés de o buscarem por conta própria. Olson (1999) foi o precursor da Teoria da Lógica da Ação Coletiva, desenvolvida em 1965. Para o autor, os indivíduos que pertencem a um grupo ou organização possuem um interesse comum, mas também têm seus interesses puramente pessoais, que podem ser diferentes dos outros membros do mesmo grupo ou organização.

Os indivíduos que estão em um grupo ou organização necessitam dos bens coletivos, no entanto, essa necessidade não é homogênea, isto é, sempre existirão aqueles com necessidades maiores e/ou menores. O mesmo autor considera que o nível de necessidade de bens coletivos determinará a ação coletiva (OLSON, 1999).

Olson (1999) apresenta algumas colocações importantes em sua teoria. A primeira está relacionada aos “caronas”, ou seja, aqueles que não contribuem com os custos para a obtenção dos bens coletivos, mas que querem obter e receber acesso a esses bens. Nesse ponto o tamanho do grupo influencia, pela razão de que em grupos menores é mais difícil a permanência dos “caronas”, sendo então, mais fácil para identificá-los e aplicar as sanções devidas. Quando se trata de grupos ou organizações maiores, fica mais difícil ter o controle sobre eles.

Assim, o tamanho do grupo é de fundamental importância em relação à obtenção dos benefícios comuns. Quanto maior for o grupo, mais distante fica para se atingir o ponto ótimo da obtenção do benefício coletivo e até mesmo se obter uma quantidade mínima desse bem coletivo. Em suma, quanto maior for o grupo, menos ele proverá de seus interesses comuns (OLSON, 1999).

Os incentivos dentro da ação coletiva são importantes, ao ponto que, se reduz o problema da não participação dos agentes. Esses incentivos podem ser: econômico, social ou psicológico. De acordo com Olson (1999), os incentivos servem de motivação, podendo ser de forma positiva, como benefícios oferecidos, ou negativa, como punições aos indivíduos que não contribuem com as ações coletivas.

Já Ostrom (2007), em seus estudos sobre a teoria da ação coletiva, concentra na compreensão dos indivíduos cooperarem em um dilema social, quando eles poderiam “pegar

carona” nas contribuições dos outros. Para a autora, o dilema social se refere a um ambiente em que os indivíduos escolhem ações em uma situação interdependente. Isto é, a ação coletiva é um alcance para superação dos dilemas sociais. A autora explica a teoria da ação coletiva embasada no conceito do Dilema dos Prisioneiros, um problema clássico da Teoria dos Jogos.

Se cada indivíduo em tais situações seleciona as estratégias com base em um cálculo que maximiza os benefícios de curto prazo para si, os indivíduos preveem tomar decisões que geram resultados mais baixos do que poderia ter sido alcançado em conjunto. Em outras palavras, um dilema social pode ser analisado como um jogo em que o equilíbrio previsto para uma única interação do jogo produz menos do que o resultado socialmente ótimo. O resultado socialmente ótimo poderia ser alcançado se os envolvidos cooperarem selecionando diferentes estratégias prescritas pela teoria dos jogos. Uma vez que o resultado conjunto abaixo do ideal é um equilíbrio, ninguém é independentemente motivado a mudar a sua escolha, dadas as escolhas previstas de todos os outros (OSTROM, 2007)⁶.

Segundo Ostrom (2007), existem três (3) elementos fundamentais que influenciam diretamente o nível de cooperação: a reputação e a confiança - sendo valores humanos e éticos construídos na esfera social e principalmente pelas relações de reciprocidade - que segundo a autora, não há cooperação sem reciprocidade. Em cima disso, Sabourin (2009) faz uma análise das variáveis-chave (características) da ação coletiva, embasado na teoria de Ostrom (1998), quais sejam:

- A percepção comum – dos recursos; dos outros usuários; das normas do grupo e das regras, são construções sociais ou relações econômicas e sociais;
- A dependência (do recurso ou dos outros usuários) – a qual seria uma tríplice interdependência, isto é, entre atores e recursos (natureza, cultura ou infraestrutura); entre os recursos complementares; e entre os atores entre si. Essa interdependência é constitutiva da humanidade;

Ostrom (2007) destaca que; se ocorrer alguma diminuição entre qualquer um desses elementos, pode-se levar à redução ou até mesmo anulação da cooperação. Existem, ainda, outras estruturas variáveis que também influenciam a cooperação, a saber: número de

⁶ Tradução livre da autora.

participantes envolvidos; forma de divisão dos recursos; heterogeneidade dos participantes; comunicação face a face; existência dos “caronas”; existência de informações sobre as ações passadas; ligações dos indivíduos; e liberdade de entrar e sair.

A ação coletiva e a governança auxiliam na gestão dos recursos comuns, por meio de um conjunto de regras e normas dentro de um grupo. Ou seja, ela irá depender das capacidades para elaborar e adaptar as regras comuns, nas quais a sua institucionalização constitui um mecanismo para a cooperação e o compartilhamento. O não cumprimento das normas e regras gera sanções, sendo que as normas internas correspondem aos valores do grupo e as regras são representações compartilhadas com o exterior (OSTROM, 1990).

Sabourin (2009) reinterpreta a natureza e as aplicações das regras segundo Ostrom (1990), em que a ação coletiva é orientada por três diferentes níveis de regras. Primeiramente, a autora aborda sobre as regras operacionais, consideradas regras cotidianas, envolvendo as informações a serem trocadas, as recompensas ou sanções no que diz respeito ao comportamento do grupo. Dentro da organização, essas regras são visíveis, principalmente observando-se o comportamento dos indivíduos, como por exemplo: se um indivíduo não contribuir para o alcance de um objetivo coletivo, o mesmo poderá sofrer punições.

As regras coletivas, segundo nível de regra considerado pela autora, são decididas pelo grupo e são base para as regras operacionais, ou seja, são os regulamentos, nos quais estão englobados os direitos e deveres dos membros. Dentro de grupos formalizados, por exemplo, nas cooperativas, o regimento interno é um documento discutido de forma democrática em vista do bom funcionamento da organização.

Finalmente, a autora aborda o último nível de regra, que são as regras institucionais, que não são decididas pelo grupo, estando em um contexto mais amplo. Essas regras definem a modalidade das escolhas coletivas e influenciam as regras coletivas e operacionais. Essas regras servem como base para elaboração, por exemplo, do regimento interno de uma cooperativa.

Para Kahan (2003), a promoção da cooperação se dá pela confiança entre os agentes e o comportamento coletivo se dá pela reciprocidade, pela moral e pela emoção. Ou seja, quando percebem que os outros estão se comportando de forma cooperativa, os indivíduos são movidos por honra, altruísmo, e disposição para contribuir com o bem coletivo, mesmo sem incentivos materiais. No entanto, caso percebam que os outros estão se esquivando ou se aproveitando, os

indivíduos são movidos pelo ressentimento e recuam. Isto é, os indivíduos preferem contribuir, se acreditam que os outros também estão voltados a isso, mas procuram se aproveitar, caso acreditem que os demais estão propensos a serem oportunistas (SCHMIDT, 2010).

Ostrom (2007) ressalta que é preciso reconhecer que as formas da ação coletiva diferem no que diz respeito à distribuição dos benefícios e malefícios para aqueles grupos e aqueles que são externos a eles. As gangues e carteis são formas de ação coletiva, bem como as associações de bairros e as instituições de caridade.

O recorte conceitual adotado para o estudo foi o referenciado pela Ostrom em seus trabalhos sobre a gestão dos recursos comuns, em que pequenas comunidades, formalizadas ou não, podem gerir de forma eficiente os recursos, por meio da cooperação, confiança e reciprocidade do grupo envolvido, esses elementos são fundamentais para a existência da ação coletiva.

Tratando se de ações coletivas, quando os indivíduos trabalham em conjunto através da cooperação, os laços de reciprocidade e confiança são mais fortes. A seguir será discutida, de forma mais detalhada, a relação entre reciprocidade e ações coletivas e, subsequentemente, será abordada a economia solidária, que é um conjunto de ações que englobam, de maneira geral, todos esses princípios até aqui discutidos.

1.2.1 A Prática da Reciprocidade

De acordo com Polanyi (2000), a reciprocidade supõe movimentos entre pontos correlativos de agrupamento simétricos. Ou seja, pressupõe uma transformação social de agrupação distribuída simetricamente. O autor identificou a reciprocidade como uma categoria econômica diferente da troca e associada à redistribuição⁷.

Para Temple (2009), reciprocidade é o desdobramento de qualquer ação ou prestação, que permite conhecer o outro e participar de uma comunidade humana. Temple (2009), na

⁷ De acordo com Polanyi (2000), a redistribuição corresponde aos movimentos de apropriação em direção a um centro, e, em seguida, deste em direção ao exterior, se apoiando na existência de um centro de poder dentro de um grupo.

continuidade dos trabalhos de Mauss e Lévi-Strauss, sintetiza as estruturas elementares da reciprocidade, conforme quadro 2.

Quadro 2 - Estruturas Elementares da Reciprocidade

Estruturas elementares de reciprocidade	Significado geral	Categorias	Significado	Sentimentos e valores produzidos
Reciprocidade binária	Corresponde às relações de alianças	Simétrica	Relações de alianças (frente a frente). Ex: casamento	Amizade e produção de valores éticos
		Assimétrica	Relações de alianças (partilha). Ex: moradia	Prestígio do doador e a obrigação ou a submissão do donatário
Reciprocidade ternária	Envolve pelo menos três partes, é contínua, se fecha em uma rede ou um círculo. Você atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo, você está sujeito à ação de um outro parceiro.	Unilateral	Entre gerações. Ex: relação entre pais e filhos	Responsabilidade
		Bilateral	Compartilhamento. Ex: compartilhamento de recursos comuns	Justiça e confiança
			Mutirão: é uma variante do compartilhamento (reciprocidade em forma de estrela). Ex: mutirão para construção de uma escola	Amizade e confiança entre os membros. Quem não participa perde prestígio e honra
Reciprocidade centralizada	As prestações e decisões são distribuídas por um centro de redistribuição	–	Centro de redistribuição. Ex: chefe, o poder religioso, o Estado, etc.	Confiança e obediência

Fonte: Temple (2009), Sabourin (2009). Adaptado pela autora.

A ajuda mútua e o compartilhamento de recursos comuns são duas estruturas representativas da reciprocidade, segundo Sabourin (2009). Essas duas estruturas são importantes ao levarem em consideração as comunidades, como, por exemplo, as comunidades rurais. A ajuda mútua e o mutirão designam dois tipos de cooperação camponesa (SABOURIN, 2009), sendo a primeira para os bens comuns e coletivos, e a outra seria em forma de convites para trabalhar em benefícios de uma família.

A ajuda mútua corresponde a pelo menos três tipos de estruturas elementares da reciprocidade (SABOURIN, 2009):

- A reciprocidade binária: uma relação entre duas famílias, o mais comum entre vizinhos e compadres. A reciprocidade, nesse caso, pode ser simétrica ou assimétrica (uma das partes pode fornecer mais trabalho ou produtos, conforme o tamanho ou riqueza). O principal sentimento é a amizade;
- O compartilhamento do trabalho: Quando todos os membros de um grupo se mobilizam para realizar um trabalho em benefício de um membro, realiza-se um compartilhamento bilateral, que gera amizade e aliança;
- A reciprocidade em forma de estrela: é uma variante do compartilhamento, corresponde a algum tipo de mutirão que mobiliza um determinado grupo para assumir responsabilidades específicas, como um mutirão para construir uma escola. Essa relação produz amizade e confiança entre os membros, onde quem não participa perde prestígio e honra.

De acordo com Sabourin (2006), dentro da economia solidária, em suas diferentes formas, o princípio da reciprocidade está internalizado (considera, principalmente, a reciprocidade no interior da organização coletiva). O autor ressalta que existem diferentes relações e estruturas de reciprocidade inseridas, como:

Venda direta: que pode ser via feiras livres (produtor – consumidor) ou na unidade produtiva, correspondendo a relações de reciprocidade bilateral e até simétrica entre os agricultores e produtores.

Cadeias curtas: formadas por grupos de produtores ou cooperativas de consumidores. Essa relação representa uma estrutura de reciprocidade bilateral, a qual produz amizade e confiança.

Sabourin (2015) também coloca que, quando não é possível essa relação direta, existe a intermediação qualificada ou interpessoal. Esta intermediação produz uma relação de reciprocidade ternária por meio do interconhecimento (pela rede e informações sobre a qualidade do produto). Essa relação produz confiança, reputação e responsabilidade.

A prática da reciprocidade, assim como as discussões anteriores sobre a ação coletiva, relaciona-se diretamente com a abordagem da economia solidária e suas formas decorrentes de organizações coletivas. De forma resumida, para que haja a cooperação, que é pressuposto básico da economia solidária, é fundamental que haja a união de indivíduos visando um objetivo

em comum e que essa união se baseie de forma recíproca, como será detalhado no próximo tópico.

1.2.2 A Economia Solidária e as Organizações Coletivas

As formas de organizações são antigas na humanidade. Existem registros, segundo Bialoskorski Neto (2006), desde o início da história das civilizações. Segundo o mesmo autor, o mais expressivo desenvolvimento do cooperativismo se deu no século XIX, em um contexto capitalista, considerado como o marco fundamental para o cooperativismo moderno. Neste período o continente europeu vivenciava a Revolução Industrial, onde trabalhadores eram explorados pela indústria. Surgem então, nessa época, pensadores, conhecidos como utópicos, que questionavam e reagiam contra as injustiças sociais. Desta forma, a cooperação começou a ser discutida entre esses pensadores. Segundo Bialoskorski Neto (2006):

Esses pensadores indicam que a solução para a melhor repartição não está apenas na supressão da propriedade privada, mas, sim, em uma transformação do regime de propriedade por intermédio da associação e da cooperação. Propunham uma modificação do sistema econômico por meio da cooperação e, especificamente, dos empreendimentos cooperativistas, sejam de produção, consumo ou crédito (p. 25).

Esses socialistas utópicos contribuíram de forma decisiva para o surgimento da economia solidária (SINGER; SOUZA, 2003), que se originou em reação ao empobrecimento devido à revolução industrial e ao surgimento das cooperativas para resolver os problemas de emprego e renda (SINGER, 2002). De acordo com Singer e Souza (2003):

A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução (p. 13).

Para Singer (2004), o desenvolvimento solidário é realizado por comunidades pequenas em cooperativas ou associações, nas quais estão guiados pelos valores de cooperação e ajuda mútua entre as pessoas ou firmas, mesmo quando competem entre si nos mesmos mercados. Para o autor, o desenvolvimento solidário busca:

Novas forças produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e auto realização, sem ignorar nem rejeitar de antemão os avanços científicos e tecnológicos, mas submetendo-os ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão (SINGER, 2004, p. 7).

Na América Latina, o conceito de Economia Solidária representa um conjunto de ações, por meio da inserção livre e democrática, que visam ganho econômico e benefícios como a melhoria na qualidade de vida, o reconhecimento e a participação da sociedade (GAIGER, 2009). De acordo com o mesmo autor:

A solidariedade diz respeito à cooperação na atividade econômica, à disponibilização para uso em comum dos meios de produção e à autogestão exercida na condução dos empreendimentos. As organizações de Economia Solidária minimizam a presença de relações sociais que subentendem a separação entre capital e trabalho. Ao convocarem os seus membros à participação cotidiana, motivam seu engajamento em problemas da comunidade e em lutas coletivas mais amplas [...] Se valem de recursos e relações mercantis, não-mercantis e não-monetárias (GAIGER, 2009, p. 6).

De acordo com Gaiger (1999), os empreendimentos econômicos solidários (EES) possuem idealmente as seguintes características, conforme demonstrado no quadro 3.

Quadro 3 - Características dos Empreendimentos Econômicos Solidários

Características	Descrições
Autogestão	Controle da gestão pelo conjunto dos associados e autonomia diante de agentes externos;
Democracia	Decisões tomadas pelo conjunto dos associados, por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas, assegurando-se transparência no exercício da direção e sua fiscalização por órgãos independentes;
Participação	Regularidade e frequência de reuniões, assembleias e consultas, com elevado grau de comparecimento e mobilização e mecanismos de renovação e alternância dos quadros diretivos;
Igualitarismo	Garantido por critérios de remuneração pelo trabalho, por uma divisão equitativa dos excedentes e benefícios, pela socialização do capital e pela inexistência de outros regimes de trabalho permanentes para atividades-fim;
Cooperação	Responsabilidade partilhada no processo produtivo, relações de confiança e reciprocidade, paridade social entre funções de direção e de execução ou entre tarefas manuais e intelectuais;
Auto sustentação	Atividade produtiva geradora de viabilidade econômico financeira, sem comprometimento do ambiente social e natural;
Desenvolvimento humano	Processos de formação da consciência e de educação integral e iniciativas de qualificação técnica e profissional;
Responsabilidade social	Ética solidária socialmente comprometida como melhorias na comunidade e com relações de comércio, troca e intercâmbio; e práticas geradoras de efeito irradiador e multiplicador.

Fonte: Gaiger (1999), adaptado pela autora.

Por meio do Mapeamento Nacional das Organizações de Economia Solidária realizado no Brasil, estudo concluído em 2007, foram identificados 22 mil empreendimentos, que se dividem em duas categorias principais, a saber (GAIGER, 2009):

- Atividade representa a fonte de ocupação principal e de renda, aonde desenvolve por meio de processos de socialização dos meios de produção ou de coletivização do trabalho. Incluem empresas autogestionárias recuperadas⁸; grupos informais de produção; cooperativas agropecuárias e de trabalho; unidades de triagem de resíduos urbanos recicláveis; e comunidades tradicionais, como pescadores e extrativistas;
- Atividade é voltada para benefícios e serviços para as economias individuais ou familiares dos integrantes. Incluem as associações de pequenos produtores rurais; centrais de

⁸ Ocorre quando uma empresa está em situação falimentar. Os trabalhadores, por meio do sindicato, iniciam um processo de negociação com o empresário, visando à melhor alternativa para os trabalhadores. Pode-se então, constituir uma empresa de autogestão para dar continuidade ao negócio (GONÇALVES, 2005).

comercialização; cooperativas de habitação, eletrificação e crédito; bancos populares; clubes de troca e hortas comunitárias.

Em suma, a economia solidária, por meio da cooperação, dá-se por indivíduos que agem de forma recíproca, por meio da confiança e da reputação. Essas características, para esse estudo, são de fundamental importância, em vista da compreensão das ações coletivas.

1.3 Conclusão do Capítulo

O presente capítulo teve como objetivo compreender a literatura, ainda que recente no Brasil, sobre circuitos curtos de comercialização, interligando-os com a discussão das ações coletivas.

Os circuitos curtos de comercialização proporcionam uma visão mais clara da relação social integrada na cadeia curta e nas suas transações econômicas. Por se tratar de uma cadeia com relações diretas ou no máximo com um intermediário, fica visível a interação entre o produtor, compradores e consumidores. Possibilita-se assim, uma maior conexão entre eles, e a partir das interações repetidas, aumenta-se o grau de confiança e reputação entre esses atores. A confiança e a reputação são elementos básicos para a prática da reciprocidade, para a economia solidária e conseqüentemente, para a cooperação que acontece entre os indivíduos em busca de um determinado objetivo em comum. Sendo assim, são elementos fundamentais para a existência da ação coletiva.

Em suma, esse capítulo proporcionou um amplo embasamento da discussão sobre os circuitos curtos de comercialização e a ação coletiva, em vista de compreender como acontece a organização dos agroextrativistas do município de Pirenópolis – GO para se inserir nos mercados. A partir disso, o próximo capítulo se destinará à discussão acerca do agroextrativismo e da biodiversidade do Cerrado, bioma predominante da região pesquisada.

2 CAPÍTULO II: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O AGROEXTRATIVISMO NO CERRADO

Esta seção abordará a importância do Bioma Cerrado, mais especificamente sobre o uso e manejo sustentável das espécies vegetais nativas, com vista a seu reconhecimento e valorização, a agregação de valor e a geração de renda. Há a necessidade de se buscar compreender de que forma hoje os extrativistas estão organizados, que tipo de apoio e políticas estão acessando, se há uma organização social, uma rede que os acompanha ou que os oriente. Para tanto, será apresentada neste capítulo uma caracterização geral do bioma, a fim de se compreender o seu processo histórico de ocupação, discutir sobre a importância do agroextrativismo no Cerrado, assim como seus principais mercados de acesso.

2.1 Histórico de Ocupação e Caracterização Geral do Bioma Cerrado

Existem evidências de ocupação na Região dos Cerrados que datam de mais de 30 mil de anos, no entanto, é relatado que há 12 mil anos existiam grupos de nômades caçadores e coletores (RIBEIRO, 2008). Após 1500, a região dos cerrados esteve ocupada por Povos Indígenas do Tronco Linguístico Macro-Jê, composta por seminômades caçadores, coletores e praticantes de uma agricultura itinerante (DIAS, 2008). Esses dois grupos, nômades e seminômades, foram os pioneiros da modificação do ambiente natural do Cerrado.

No entanto, foi a partir do início do séc. XVIII, pelo povoamento europeu possibilitado pela descoberta de ouro em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, que o processo de modificação do ambiente natural do Cerrado se acelerou. As principais atividades dos sécs. XVIII, XIX e primeira metade do séc. XX eram oriundas do extrativismo mineral, principalmente extração de ouro e diamante; extrativismo vegetal; extrativismo animal e criação extensiva de gado em pastagens nativas. A agricultura acontecia de forma pontual em pequenas roças de subsistência localizadas em áreas de matas (DIAS, 2008). De acordo com o mesmo autor:

No período de 1700 a 1950, portanto, os impactos ambientais em virtude da ocupação humana não-indígena na região do Cerrado referem-se basicamente às atividades de garimpo, extrativismo vegetal e animal, pecuária extensiva, além do extermínio dos ameríndios (p.7).

A partir dos anos 1950 a região foi marcada pelo processo acelerado e impactante da expansão urbana. Contudo, apesar desse importante impacto, o que está ocasionando grande alteração das paisagens e impactos ambientais é a expansão da atividade agropecuária (DIAS, 2008).

O grande salto da agricultura regional foi a conquista dos solos distróficos do Cerrado propiciada por avanços no conhecimento científico e tecnológico relativos a manejo do solo (calagem e adubação química), manejo das águas (irrigação) e melhoramento das cultivares (para escapar do veranico e adaptar aos solos e climas regionais). A expansão agropecuária deu-se inicialmente por expansão de área plantada e posteriormente por aumento de produtividade por meio da mecanização, da adubação e do uso de cultivares selecionadas (p.16).

A partir da década de 60, ocorreu o dismantelamento das formas rudimentares de produção e o Cerrado, principalmente depois dos anos 1970, tornou-se um ponto estratégico para se investir na produção agropecuária, ou seja, a produção deixou de ser de subsistência e se tornou produção de mercadoria para o exterior, período esse conhecido como modernização da agricultura (MOYSÉS; SILVA, 2008). A partir da década de 90, intensificou-se o processo de migração para os grandes centros urbanos da região dos cerrados (tabela 1).

Tabela 1 - Crescimento demográfico das principais unidades da Federação com áreas de Cerrado (1960 - 2010)

Brasil	1960 Urbana	1960 Rural	1970 Urbana	1970 Rural	1980 Urbana	1980 Rural	1991 Urbana	1991 Rural	2000 Urbana	2000 Rural	2010 Urbana	2010 Rural
Distrito Federal	89.698	52.044	524.315	21.700	1.164.659	38.674	1.513.470	84.945	1.954.442	88.727	2.482.210	87.950
Goiás	541.469	1.084.907	1.134.242	1.325.765	2.172.965	1.056.254	3.241.119	771.443	4.390.660	605.779	5.420.714	583.074
Mato Grosso	121.916	208.694	239.524	373.363	673.069	496.743	1.481.073	541.451	1.985.590	516.670	2.482.801	552.321
Mato Grosso do Sul	242.088	337.564	460.137	550.594	939.510	461.641	1.413.095	365.646	1.744.520	330.357	2.097.238	351.786
Minas Gerais	3.964.580	5.995.460	6.167.113	5.477.982	9.185.088	4.466.764	11.776.538	3.955.423	14.651.164	3.215.238	16.715.216	2.882.114

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Demográfico 2010.

Considera-se a significância do processo de migração para os grandes centros urbanos, que proporcionou a redução de mão-de-obra familiar no ambiente rural e ocasionou diversas consequências ambientais, sociais e culturais. Não obstante, a expansão da atividade agrícola no Cerrado acelerou de forma intensa os impactos ambientais no bioma que, de acordo com Dias (2008), foram:

[...] desmatamento de mais de um terço da região, fragmentação da cobertura vegetal primitiva remanescente, perda de patrimônio genético de espécies nativas, forte aceleração das taxas de erosão dos solos, compactação dos solos, contaminação dos solos e águas (tanto superficiais quanto profundas) com resíduos de fertilizantes e agrotóxicos, aumento das perdas de água por aumento da evapotranspiração e redução da infiltração, redução da biodiversidade e aumento de surtos de pragas e doenças, intoxicação da população com resíduos de agrotóxicos (p.18).

O histórico de ocupação do bioma Cerrado é de extrema importância para sua compreensão atual. Deste modo, o próximo tópico se destinará a uma caracterização sucinta do bioma e suas principais potencialidades.

2.1.1 Caracterização Geral do Bioma Cerrado

O Cerrado é a maior região de savana da América do Sul, incluindo parte significativa do Brasil Central e partes do nordeste do Paraguai e leste da Bolívia (BRASIL, 2009). Representa o segundo maior bioma do país, ocupando uma região de cerca de dois milhões de quilômetros quadrados, equivalente a 24% do território nacional (AVIDOS; FERREIRA, 2004; RIBEIRO; WALTER, 1998; IBGE, 2015). É considerado também, uma das regiões com maior biodiversidade do planeta, e, no entanto, altamente ameaçada. Por essa razão, o bioma está incluído entre um dos 25 *hotspots*⁹ globais (ISPN, 2013).

⁹O inglês Norman Myers em 1988 criou o conceito de *hotspot*, que é toda área prioritária para conservação, que contenha alta biodiversidade que esteja ameaçada no mais alto grau. A área é considerada um *hotspot* quando existe pelo menos 1.500 espécies endêmicas e que tenha perdido no mínimo ¾ de sua vegetação original. O Bioma Cerrado e o Bioma Mata Atlântica são os dois *hotspots* considerados no Brasil (RHODIN, 2015).

O Cerrado tem contato com os demais biomas brasileiros, exceto o Bioma Pampa (Figura 1), englobando o Distrito Federal (em sua totalidade), parte significativa de Goiás, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Piauí, Mato Grosso, Bahia, Paraná, São Paulo; além de enclaves mais expressivos localizados, nos estados do Amapá, Roraima, Rondônia e Amazonas (RIBEIRO; WALTER, 1998; IBGE, 2015; BRASIL, 2009).

Figura 1 - Mapa dos Biomas Brasileiros



Fonte: IBGE e MMA (2004)

Em função de sua extensão, o Cerrado apresenta tipos diversos de vegetação, resultante da diversidade de solos, de topografia (altitudes variáveis de 200 a 1600 m) e do clima (BRASIL, 2011). De acordo com Ribeiro e Walter (2008), são onze (11) tipos principais de vegetação para o bioma Cerrado, constituídos por formações florestais (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), savânicas (Cerrado Sentido Restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e campestres (Campo sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre). Os mesmos

autores enfatizam que ao se considerar também os subtipos neste sistema, são reconhecidos, no total, 25 tipos de vegetação.

Devido à grande extensão territorial do bioma e por sua localização centralizada, com enclaves localizados, o Cerrado é considerado também o “berço das águas” por se encontrar com as nascentes das três bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Prata) resultantes em grande disponibilidade de recursos hídricos (BRASIL, 2011).

O Bioma Cerrado já teve mais da metade de sua área de extensão desmatada para cultivos de pastagens plantadas e culturas anuais (KLINK; MACHADO, 2005). De acordo com os mesmos autores, a taxa de desmatamento é historicamente maior do que no Bioma Amazônico. Os documentos de monitoramento do desmatamento do Bioma Cerrado por satélites, disponibilizados em 2011 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos (IBAMA) e pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), (BRASIL, 2011), mostram que até 2002 já foram extintos 43,6% de área de Cerrado, em 2008 subiu para 47,8% e no período de 2009 a 2010, a taxa anual de desmatamento foi de 0,3%, sendo considerada a maior taxa dentre os biomas brasileiros.

De acordo com Mendonça (2008), já foram registrados no bioma Cerrado mais de 11 mil espécies de plantas nativas vasculares. Tratando-se das espécies com potencial econômico, Almeida (1987) identifica 110 espécies, incluindo: fruteiras, palmeiras, madeiras, medicinais, condimentares, oleaginosas, laticíferas, fibrosas, tintoriais, resiníferas, ornamentais, além outras para extração de cortiça, fabricação de cosméticos e defensivos agrícolas.

2.1.1.1 Estratégias de Uso e Conservação do Bioma Cerrado

Os recursos naturais como a água, o ar e a terra são de uso comum, dificultando a exclusão de usuários e possuem uma alta capacidade de subtrair o recurso do bem-estar de outros (PINTO, 2014). Essa concepção dos recursos comuns está de acordo com a teoria da tragédia dos comuns (*The Tragedy of the Commons*) que vem com a visão de que: quando um recurso está ao acesso de todos, seguindo seu próprio interesse, e maximizando ganhos em um recurso limitado, tende, em um longo prazo, à exaustão (HADIN, 1968).

Ostrom (1990), contrapondo-se à teoria de Hadin, não ignorando que as tragédias ocorram, acredita que quando há uma gestão coletiva do recurso dentro de uma comunidade, esta favorece o uso sustentável e a conservação. Ostrom acredita que: quando as regras e normas são moldadas pelos próprios beneficiários, autogeridas, voltadas a realidade local são mais efetivas do que impostas pelo governo.

No Brasil, existem algumas políticas para proteção da biodiversidade, decorrentes de uma maior preocupação com o patrimônio florestal, que antes era negligenciado por se pensar que os recursos naturais eram ilimitados. Hoje estas políticas estão voltadas principalmente para o estabelecimento de áreas protegidas e de uso sustentável (AYRES; SOUSA; TOBIAS, 2012).

O art. 225 da Constituição Federal de 1988 estabelece que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Lei nº 9.985, de 2000, regulamentado pelo presente artigo da Constituição Federal, estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação no âmbito Estadual, Municipal e Federal. O Brasil adotou a meta da Convenção sobre Diversidade Biológica¹⁰ que estabelece um percentual mínimo de 10% do território, protegido em unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável (BRASIL, 2011), sendo que as mesmas podem ser divididas nas categorias listadas no quadro 4.

¹⁰ A convenção, tratado da Organização das Nações Unidas, foi estabelecida durante a ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) - realizada no Rio de Janeiro.

Quadro 4 – Categorização das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável

Grupo	Categoria	Domínio	Acesso	Objetivo
Unidades de Proteção Integral	Estação Ecológica	Público	Apenas com o objetivo educacional	Preservação da natureza e realização de pesquisas científicas
	Reserva Biológica	Público	Apenas com o objetivo educacional	Preservação da diversidade biológica
	Parque Nacional	Público	Pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.	Preservação de ecossistemas naturais de grande relevância Ecológica e beleza cênica
	Monumento Natural	Pode ser constituída de áreas particulares	Permitindo diversas atividades de visitação	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
	Refúgio da Vida Silvestre	Pode ser constituído por áreas particulares	Permite diversas atividades de visitação	Proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.
Unidades de Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental	Terras públicas e privadas	Pode ser permitida pesquisa científica e visitação pública	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Públicas ou privadas	Pode ser permitida pesquisa científica e visitação pública	Manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza
	Floresta Nacional	Público	Visitação pública é permitida, pesquisa é permitida e incentivada. É admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas

	Reserva Extrativista	Público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais	Visitação pública é permitida, pesquisa é permitida e incentivada. Permanência de populações extrativistas tradicionais	Proteger os meios de vida e a cultura populações extrativistas tradicionais, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade
	Reserva de Fauna	Público	Visitação pública pode ser permitida	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Público	Permitida e incentivada a visitação pública, permitida e incentivada a pesquisa científica e abriga populações tradicionais	Preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Privada	Visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais e pesquisa científica	Conservar a diversidade biológica

Fonte: adaptado da Lei nº 9.985, de 2000.

Do bioma Cerrado, estima-se que apenas 8,24% de sua área seja protegida por unidades de conservação federais, estaduais e municipais, sendo que 2,85% correspondem a unidades de conservação de proteção integral, 0,18% categoria de uso sustentável e 5,19% de área de proteção ambiental, de acordo com a tabela 2.

Tabela 2 – Categorias das Unidades de Conservação Federais e Estaduais no Bioma Cerrado

Categoria	UCs Federais			UCs Estaduais			Total		
	nº	Área (km ²)	%	nº	Área (km ²)	%	nº	Área (km ²)	%
Proteção Integral	22	41.167	2,02%	86	16.943	0,83%	108	58.111	2,85%
Uso Sustentável (exceto APA)	135	2.267	0,11%	93	1.810	0,09%	227	3.569	0,18%
Área de Proteção Ambiental	11	16.464	0,81%	50	89.126	4,38%	61	105.590	5,19%
Total	162	59.898	2,94%	229	107.879	5,30%	396	167.270	8,24%

Fonte: adaptado de MMA (2011).

O código florestal, o principal certificado legal sobre o uso dos recursos florestais no Brasil, estabelece áreas de preservação permanente (APP), em áreas rurais ou urbanas, e estabelece a reserva legal (RL) nos imóveis rurais, considerada uma limitação administrativa e relacionada a função social da propriedade (BRASIL, 2011).

Segundo o 3º art. do inciso II do Novo Código Florestal Brasileiro (Lei nº 12.651, de 2012) se entende por área de preservação permanente “a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas”.

Já o inciso III descreve a reserva legal como “área localizada no interior da propriedade ou posse rural, delimitadas nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a

reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa”.

A reserva legal tem que seguir os percentuais mínimos, estabelecidos por lei, nos imóveis rurais no Brasil, são divididas em duas categorias:

- Localizados dentro da Amazônia legal: 80 % do imóvel quando situados em áreas de floretas, 35% em áreas de Cerrado e 20% em áreas de campos gerais;
- Localizados nas demais regiões do Brasil: 20% do imóvel rural.

É importante salientar que quando as áreas estão dentro da Amazônia legal, o poder público poderá reduzir a reserva legal em até 50%, com fins de recomposição, quando o município estiver com mais de 50% da área ocupada por unidades de conservação de domínio público e por terras indígenas homologadas. Da mesma forma, o poder público estadual, poderá reduzir até 50%, quando o estado apresentar o zoneamento ecológico-econômico (ZZE) aprovado e mais de 65% do seu território ocupado por unidades de conservação da natureza de domínio público, devidamente regularizadas e por terras indígenas homologadas (Lei nº 12.651, de 2012).

O artigo 13. do novo código florestal propõe que, quando indicado pelo ZZE estadual o poder público federal poderá:

I - reduzir, exclusivamente para fins de regularização, mediante recomposição, regeneração ou compensação da Reserva Legal de imóveis com área rural consolidada, situados em área de floresta localizada na Amazônia Legal, para até 50% (cinquenta por cento) da propriedade, excluídas as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos e os corredores ecológicos; II - ampliar as áreas de Reserva Legal em até 50% (cinquenta por cento) dos percentuais previstos nesta Lei, para cumprimento de metas nacionais de proteção à biodiversidade ou de redução de emissão de gases de efeito estufa (Lei nº 12.651, de 2012).

É possível realizar atividades extrativistas na reserva legal, desde que haja um plano de manejo florestal sustentável da área apresentada ao órgão ambiental estadual. Da mesma forma, é possível também a intervenção humana em APPs, desde que seja de interesse público, praticado de forma a não descaracterizar a cobertura vegetal nem prejudicar a função ambiental, como no caso das atividades agroextrativistas (CARRAZZA, 2011).

Somando-se as estratégias anteriores do governo para uso e conservação das espécies vegetais e animais, no Brasil existem políticas públicas voltadas para a valorização e incentivo à exploração sustentável por comunidades tradicionais e agricultores familiares, a saber:

- Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPCPS), instituída em 2009, é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), MMA e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), é uma política voltada para o fortalecimento das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com agregação de valor e consolidação de mercados sustentáveis (BRASIL, 2009);
- A política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) é uma ação do Governo Federal que foi instituída em 2007, por meio do Decreto nº 6.040, que busca promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;
- O programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PMCF) foi criado, por meio do decreto nº 6.874, para coordenar as ações de gestão e fomento ao manejo florestal sustentável voltadas para os povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares que tiram sua subsistência das florestas brasileiras. O programa foi instituído em 2010 no âmbito do MMA e MDS.

A coleta sustentável das espécies vegetais pode ser uma alternativa econômica complementar para pequenos produtores com vistas à geração de renda, conforme maior detalhamento do potencial do agroextrativismo no tópico a seguir.

2.2 Potencial do extrativismo no Bioma Cerrado

O termo extrativismo é designado a uma atividade que consiste na coleta de qualquer produto da natureza, seja mineral, vegetal ou animal (HOMMA, 1982). É uma prática exercida desde os primórdios e foi a primeira atividade de exploração econômica no Brasil (HOMMA, 1982; RIBEIRO, 2008; MOTA et al., 2007), sendo o pau-Brasil a primeira espécie vegetal explorada para fins comerciais (RIBEIRO, 2008).

Segundo Homma (1982), existe uma pauta extensa de produtos extrativos explorados no Brasil, a saber: borrachas, gomas não elásticas, ceras, fibras, sementes, oleaginosas, tanantes, alimentícias, aromáticas, corantes, medicinais, tóxicos, madeira, caça e pesca. Homma (1982) ressalta que muitas das formas antigas de extrativismo hoje fazem parte de culturas ou criações racionais, ou desapareceram, outras estão em processo de domesticação e novas podem surgir. Homma (2008) considera que existem dois tipos de extração; o de coleta, onde mantem integridade da planta matriz geradora do recurso intacta e a de aniquilamento, que há a destruição da planta matriz com objetivo de interesse econômico.

No entanto, extrativismo é uma atividade que ainda se faz muito forte, principalmente em pequenas propriedades rurais que utilizam para consumo alimentar familiar e/ou que o veem como uma alternativa complementar de renda. Quando o extrativismo é realizado como uma forma complementar dentro de uma pequena propriedade rural, o mesmo é denominado como agroextrativismo (BISPO, 2014). Segundo Nogueira e Fleischer (2005):

“Agroextrativismo” é uma categoria derivada do movimento social amazônico e da luta pela defesa das populações extrativistas e de seu acesso aos recursos da floresta, especialmente os seringueiros, a partir da década de 1970, diante da ameaça do avanço da fronteira agropecuária sobre a região. O foco, antes restrito às práticas de coleta de produtos naturais, notadamente os não-madeireiros para fins medicinais, alimentares e comerciais (como o caso do látex), pouco a pouco, abre-se para uma concepção mais abrangente de extrativismo, como um sistema familiar de produção, incluindo atividades de cultivo e criação de animais (p.129).

O agroextrativismo poderia entrar como uma modalidade da agricultura familiar por ser uma atividade realizada em muitas propriedades rurais por meio da coleta de espécies nativas, em grande parte oriunda da área de reserva legal e demais áreas protegidas por leis com as **Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPNS)** e Reservas Extrativistas (RESEX), compondo a produção e demais atividades (NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005):

O termo agroextrativismo visa, portanto, expressar as especificidades desse sistema de produção, que conjuga a coleta de recursos da biodiversidade nativa à geração de produtos por meio do cultivo e da criação de animais, típicos da agricultura familiar... todas as unidades de agricultura familiar contam com uma parcela maior ou menor de extrativismo na composição da produção (p.129).

O agroextrativismo, por meio dos povos e comunidades tradicionais¹¹, torna-se grande aliado da conservação, pelo fato de permitir a manutenção da biodiversidade, dos estoques de carbono, dos ciclos hidrológicos e da conservação dos solos. Isto é, possui um papel relevante para manutenção das florestas em pé (ISPN, 2013; NOGUEIRA; FLEISCHER, 2005). Melo (2013) considera também como uma forma alternativa para produção e reprodução social; valorização cultural; inclusão social; e geração e elevação de renda.

É importante então que os agroextrativistas, apesar de serem os principais precursores para manutenção da biodiversidade do Cerrado, possam, por meio de incentivos e apoios, ter instrumentos para uma gestão eficiente dos recursos naturais, com o intuito de manter as espécies nativas conservadas para as gerações futuras, para que possam utilizar de maneira consciente as espécies vegetais nativas, através do seu aproveitamento alimentar, medicinal e, principalmente, como uma forma de geração de renda complementar.

Segundo Ribeiro (2008), o Cerrado é caracterizado por uma enorme diversidade cultural, populações tradicionais, (povos indígenas e povos tradicionais como quilombolas, vazanteiros, geraizeiros, pescadores, quebradeiras de coco, entre outros), que utilizam dos seus benefícios para a manutenção de suas famílias, de forma já enraizada ou então adquirida com o tempo.

Existe uma grande biodiversidade no bioma Cerrado com um grande potencial para o agroextrativismo, no qual já foram identificados grupos de espécies com diferentes formas de uso: alimentar, medicinal, forrageiro, artesanal, madeireiro, melífero, condimentar, oleaginoso, entre outros (AQUINO et al., 2008).

Ribeiro (2008), em estudo realizado entre 1999 e 2000, conseguiu identificar os seguintes usos da flora e da fauna do Cerrado pelas populações tradicionais: 170 espécies de uso medicinal, 65 frutos comestíveis; 130 tipos de madeira empregados para vários fins; 167 plantas apícolas; 32 plantas com fibras utilizadas no artesanato, cobertura de habitações,

¹¹ Decreto N° 6.040, de 7 de dezembro de 2007, da Política Nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, diz em seu art. 3° inciso I que: Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

vassoura, entre outros; 20 empregadas pelo tanino; 18 com cortiça; 29 com óleo destinado à produção de resinas, sabão, perfumes, etc; 24 para tingimento; centenas de espécies forrageiras; 10 tipos de abelhas e 34 animais silvestres que fornecem carne.

O estudo terá como foco os produtos florestais não madeireiros, mais especificamente o caso dos frutos nativos do Cerrado, que será melhor detalhado no tópico a seguir.

2.2.1 *O caso dos Produtos Florestais Não Madeireiros Vegetais*

É antigo o uso dos produtos florestais não madeireiros (PFNM) pelos habitantes de áreas florestais e de seus entornos, sendo fonte de alimento, de uso medicinal, de matéria prima para utensílios e ferramentas, entre outros, além de ser fonte de renda principal ou completar de muitos povos e comunidades tradicionais. Os PFNM podem ser extraídos de diversas formas, como flores, frutos, sementes, castanhas, palmitos, raízes, bulbos, ramos, cascas, fibras, óleos essenciais, óleos fixos, resinas, gomas cipós, ervas, bambus e plantas ornamentais (MACHADO, 2008).

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO/ONU) define os PFNM como “bens de origem biológica exceto a madeira, fornecidos por florestas, bosques e outras árvores em áreas não florestais. Os PFNM podem ser recolhidos na natureza, produzidos em plantações florestais ou sistemas agroflorestais”. A FAO desde 1991 tem a missão de melhorar o manejo e a utilização sustentável dos PFNM com a finalidade de contribuir com a boa gestão das florestas do mundo, com a conservação da biodiversidade, melhorar a geração de renda e segurança alimentar (FAO, 2015).

Segundo Diniz (2008) é importante a valorização dos PFNM, através de estratégias para conservação dos recursos naturais a partir da promoção do desenvolvimento das regiões onde essa atividade ainda ocorre.

O extrativismo é a atividade predominante para extração dos PFNM. Sendo assim, é uma atividade que pode constituir fonte de renda importante (GONÇALO, 2006). De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2014) a produção primária florestal foi de 20,8 bilhões, sendo o valor referente aos PFNM de 1,4 bilhões. Os produtos alimentícios

tiveram um maior destaque com 69,9% do valor total, seguindo pelas ceras (12,4%), oleaginosas (9,9%) e fibras (7,2%).

Os PFSM do bioma Cerrado possuem um grande potencial e podem ser aproveitados para diversos usos, como: aproveitamento de partes das plantas secas para o artesanato; utilização da flora medicinal do Cerrado, produção de mudas nativas, criação e manejo de fauna silvestre, apicultura, turismo ecológico e aproveitamento alimentar das frutas nativas, sendo este último o foco do estudo em questão (AQUINO; OLIVEIRA, 2006; ALMEIDA et al., 1987; JUNQUEIRA et al., 2001).

2.2.1.1 Aproveitamento das frutas nativas do Cerrado

Os frutos nativos do Cerrado apresentam um papel importante para o ecossistema e para as populações que fazem uso direto ou indireto, isto é, todos os atores e agentes envolvidos da extração ao consumidor final.

Hoje já são conhecidas e utilizadas diversas frutas nativas do Cerrado e em época de safras, é possível encontrar grandes quantidades de frutos sendo comercializados em feiras, nas margens de estradas, em restaurantes, em mercadinhos, em lojas de produtos naturais, em sorveterias, com uma grande aceitação popular (ANDRADE et al., 2012; AVIDOS; FERREIRA, 2004).

Os frutos nativos do Cerrado apresentam sabores *sui generis* e elevados teores de açúcar; proteínas; vitaminas e sais minerais, essas características podem garantir a diversificação e o enriquecimento nutricional alimentar humana e da fauna local. Podem ser consumidos de forma *in natura* ou em forma de sucos, geleias, doces, bolos, sorvetes, pães, farinhas, biscoitos, pudins, tortas, licores, entre outros (AVIDOS; FERREIRA, 2004; ALMEIDA et al., 1987; AQUINO; OLIVEIRA, 2006).

É antigo o uso alimentar dos frutos nativos do Cerrado, sendo que foi de grande importância para sobrevivência dos primeiros desbravadores e colonizadores da região. Hoje, o interesse por essas frutas tem atingido diversos segmentos da sociedade, como agricultores, comerciantes, organizações não-governamentais (ONG), indústrias, instituições de ensino,

entre outros (AVIDOS; FERREIRA, 2004). No quadro 5 a seguir serão descritas as principais frutas nativas e suas características.

Quadro 5 - Características das principais das frutas nativas do Cerrado com potencial de uso sustentável

Nome Popular	Nome científico	Família Botânica	Vegetação de ocorrência	Aproveitamento Alimentar	Outros usos	Valor nutricional
Araticum, anona, pinha-do-cerrado, cabeça-de-negro,bruto, marolo	<i>Annona crassiflora</i> Mart.	Annonaceae	Cerrado, Cerradão e Campo Rupestre	<i>In natura</i> , batidas, licores, refrescos, bolachas, bolos, sorvetes, cremes, geleias, etc.	Ornamental e medicinal	Rico em: hidratos de carbono, cálcio, fosforo, lipídios, fibras dietéticas, ferro e pró-vitamina A
Baru e Cammbaru	<i>Dipteryx alata</i> Vog.	Leguminosae – Papilionoideae	Cerrado, Cerradão e Mata Seca	<i>In natura</i> , Amêndoa torrada, pé de moleque, sorvete, paçoca, pães, barrinhas de cereal, bolos, etc.	Forragem, madeira, medicina e ornamental	Polpa: rico em amido, fibra, açúcar; Amêndoa: rico em lipídios, proteínas e carboidratos; Óleo: contem ácido graxo essencial (ácido linoleico) e baixa acidez. A polpa e a semente apresentam nutrientes essenciais (alto teor de potássio, fosforo, cálcio e magnésio) e de micronutrientes essenciais (cobre, ferro, manganês e zinco)
Buriti, mirití, palmeira-dos-brejos	<i>Mauritia vinífera</i> Mart.	Palmae	Mata de Galeria e Veredas	Utiliza-se a polpa amarelo-ouro, com ela preparam-se: doces, sorvetes, cremes, geleias, licores, vitaminas, cremes, óleos	Ornamental, medicinal, artesanato, industrial	O buriti é uma das fontes de vegetais mais ricas em pró-vitama A, elevado teor de betacaroteno. Tem uma boa fonte de ferro, de cálcio, de óleo e de fibra.
Cagaita, cagaiteira	<i>Eugenia dysenterica</i> DC.	Myrtaceae	Cerrado e Cerradão	<i>In natura</i> ; sucos, refrescos, sorvetes, doces, geleias, licores, etc	Ornamental, medicinal e artesanato	Boa fonte de vitamina C, vitamina B, cálcio, magnésio e ferro
Gabiropa e guavira	<i>Camponesia cambessedeanana</i> Berg.	Myrtaceae	Cerrado, Cerradão e Campo Sujo	<i>In natura</i> , sucos, doces, licores, geleias, vinho, pudins, pavês, sorvetes, etc	Medicinal e melífera	Contém uma quantidade razoável de ácido ascórbico, de ferro e de vitamina C

Jatobá-do-cerrado, jataí e jataí	<i>Hymenaea stigonocarpa</i> Mart.	Leguminosae	Cerrado e Cerradão	In natura, geleias, licores, farinhas para bolos, pães, mingaus, etc	Ornamental, medicinal, industrial, artesanato	Teor elevado de potássio, magnésio. Outros minerais: fósforo, zinco, ferro e sódio. Alto teor de tanino
Jenipapo	<i>Genipa americana</i> L.	Rubiaceae	Cerrado, Cerradão, Mata de Galeria e Mata Seca	<i>In natura</i> , licores, doces, geleias, vinhos	Tintorial, aromático, madeireiro, forrageiro, medicinal e pescaria	Destacado pela fonte de proteína, fibra, ferro, vitamina C
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i> Gomez.	Apocynaceae	Cerrado, Cerradão e Áreas de Caatinga	<i>In natura</i> , sorvetes, geleias, doces, licores	Melífera, ornamental, medicinal, industrial, laticífero/borracha	Boa fonte de ferro, manganês, zinco, vitamina C. Alto teor de taninos
Pequi, Pequi-do-Cerrado	<i>Caryocar brasiliense</i> Camb.	Caryocaceae	Cerrado, Cerradão e Mata Seca	<i>In natura</i> , Compotas, conservas, sorvete, arroz com pequi, frango com pequi, polpa, licores, óleo, creme de pequi, castanha torrada	Planta melífera, ornamental, medicinal, cosmético, tinturaria	Casca: apresentam valores significativos de lipídios, proteínas, carboidratos totais e fibra alimentar. Apresentam teores elevados de carotenoides para o fruto. A polpa contém vitamina C, lipídios, proteínas, vitamina B2, niacina. Dos minerais: cobre, ferro e sódio. A polpa e a amêndoa apresentam uma fonte rica de calorias.

FONTE: Avidos e Ferreira, 2004; Vieira et. al., 2010, adaptado pela autora.

Os frutos nativos do Cerrado, conforme demonstrado no quadro 5, apresentam uma diversidade de formas para aproveitamento alimentar, bem como propriedades nutricionais importantes para alimentação. A exemplo do pequi, que é muito conhecido no Centro-Oeste. O seu consumo é enraizado no estado de Goiás. De acordo com pesquisas de mercados realizadas, no Distrito Federal e Entorno, dos restaurantes entrevistados, a maioria, utilizam em seus cardápios o pequi, principalmente nos restaurantes regionais (ANDRADE et al., 2012).

O baru, seu consumo é mais recente, existem estudos visando analisar de forma mais aprofundada suas propriedades nutricionais, no entanto, é considerada uma fruta rica em ferro, além de outras propriedades importantes, conforme demonstrado no quadro 5. Atualmente, possui uma grande demanda. Há muita procura nos estabelecimentos, porém é um fruto sazonal e com um ciclo produtivo que oscila a cada dois anos. Ou seja, o preço está alto, há uma grande demanda, porém com uma oferta que não acompanha (ANDRADE et al., 2012). Como será visualizado no decorrer da pesquisa, na região de Pirenópolis o fruto que tem maior destaque é o baru e o mesmo, em seus mercados, é bem aceito. O próximo tópico entrará com mais detalhes sobre os principais mercados para os produtos do Cerrado, bem como as principais formas de acesso.

2.3 Os Principais Mercados para os Produtos do Agroextrativismo

A globalização tem afetado de forma desigual e heterogênea as esferas da produção, distribuição e consumo de alimentos (MOTA et al., 2008). De acordo com estes mesmos autores, estudiosos como Bonanno et al. (1994), Friedland (1994), Cavalcanti (1995, 1999) e Marden (1999) têm trabalhado com essa problemática, analisando suas diversas tendências: 1) homogeneização das formas de consumo; 2) tráfego de alimentos exóticos; 3) dissociação entre lugares de produção e consumo; 4) emergência de grupos de consumidores exigentes por produtos saudáveis e frescos - embora essa última tendência coexista com o seu contrário: a ampla adoção de padrões de consumo nocivos, com graves problemas à saúde pública.

Por outro lado, o desenvolvimento recente de cadeias produtivas voltadas para a demanda por produtos saudáveis e frescos não se constitui ainda como evento global, homogêneo e de acesso a todos. Esse é o exemplo de muitos produtos oriundos do

agroextrativismo, que circulam estritamente em mercados locais e regionais gerando trabalho e renda para inúmeros grupos, notadamente de comunidades de agricultores familiares, muitas das quais culturalmente diferenciadas e, por isso, chamadas também de comunidades tradicionais (MOTA et al., 2008).

Embora esses produtos apresentem condições de produção, distribuição e consumo bastante diferenciadas e forte vínculo com seu local de origem, eles compõem a pauta de consumo de populações cada vez mais distantes, assim como de consumidores exigentes e sedentos por novidades (MOTA et al., 2008). Esse é o caso das frutas nativas do Cerrado, obtidas principalmente a partir do agroextrativismo.

A incorporação de costumes locais a sistemas de comercialização com exploração formalizada e agregação de valor aos produtos tradicionalmente coletados/utilizados de alguma forma, pode e deve constituir-se em estratégia de conservação da biodiversidade e inclusão social, visando o desenvolvimento territorial sustentável (OLIVEIRA et al., 2008).

Atualmente, os frutos nativos do Cerrado estão ganhando espaço nos mercados diferenciados (feiras, eventos, entre outros), por se tratar de produtos novos e diferenciados no mercado comum, que tem como objetivo a valorização de aspectos sociais, ambientais e culturais. Segundo Ploeg et al. (2010), estes novos mercados podem ser definidos como:

Lugares concretos em que ocorrem transações concretas, com produtores concretos, consumidores concretos e concretas estruturas de referência subjacentes que ajudam a compreender a emergência de novos mercados (p.12).

Nessa premissa, autores como Gazolla (2011), enumeram algumas características relacionadas à noção de construção de novos mercados:

(a) os agricultores os constroem ativamente com base nas suas estratégias e projetos de vida, mas também interagindo com o contexto local e institucional; (b) os agricultores se utilizam principalmente dos seus conhecimentos tácitos e contextuais e de outros atores sociais para acessarem diferentes mercados; (c) estes mercados na sua maioria são construídos em direção a aumentar a autonomia reprodutiva relativa da família e buscam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental; (d) os mercados são desenvolvidos com os recursos dos próprios agricultores (terra, trabalho,

conhecimentos, agroecossistemas, etc.) e se baseiam nas práticas e rotinas destes atores; (e) estes mercados são locais em sua maior parte, com exceção das cadeias longas que algumas iniciativas se inserem e, são lastreados nas relações sociais que estes atores desenvolveram historicamente; (f) em alguns mercados os atores se organizam formando redes sociais, onde compartilham experiências, diferentes inserções mercantis e expectativas futuras comuns de suas iniciativas, bem como realizam processos de aprendizagem social (GAZOLLA, 2011, p.5).

Os nichos de mercado dos frutos do Cerrado estão voltados, principalmente, para os consumidores altamente exigentes e sofisticados, como retrata Carrazza (2011). Clientes esses que valorizam e pagam por um produto que é originado de um pequeno produtor e que tem valores sociais e ambientais envolvidos, mas que, ao mesmo tempo, seja um produto de qualidade e que atenda às exigências legais mínimas do mercado.

Entretanto, o acesso ao mercado para pequenos produtores e, principalmente para as agroindústrias, é restrito, pois existem normas fiscais, sanitárias e ambientais, que na maioria das vezes, impossibilita o trabalho do pequeno produtor que não tem condições de seguir e acaba não conseguindo se regularizar. Com isso, surgem diversos desafios para a inserção dos produtos da biodiversidade do Cerrado nos mercados. A demanda por produtos da biodiversidade, oriundos de pequenos produtores, vem crescendo progressivamente, porém existem barreiras impostas por uma legislação que não contempla o papel das comunidades locais no sistema produtivo e pelo próprio mercado. Estas barreiras representam entraves para o desenvolvimento da produção agroextrativista. (CARRAZA, 2011).

Atualmente existem políticas públicas voltadas para ampliar as oportunidades de mercado para os produtos da biodiversidade. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) beneficiam milhares de famílias. Através do PAA, povos indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, comunidades tradicionais e agricultores familiares podem comercializar qualquer produto alimentício para atender segmentos da população em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional. O Programa tem permitido também que associações e cooperativas extrativistas se estruturam, oferecendo capital de giro a taxas de juros baixas, cujo pagamento pode ser feito em produto ou em espécie (BRASIL, 2009). Complementando as oportunidades criadas pelo PAA, a partir de 2008, a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) passou a incluir dez espécies vegetais trabalhadas pelo extrativismo, ampliando os instrumentos de apoio aos produtos não-alimentícios como a andiroba, a copaíba, a piaçaba e a borracha natural.

Esta ação se insere no âmbito do Programa de Apoio à Comercialização de Produtos do Extrativismo (PAE), previsto na Agenda Social do Governo Federal, e operado através de parceria entre o MMA e a Companhia Nacional de Alimentos (CONAB) (BRASIL, 2009).

Os circuitos curtos de comercialização se mostram importantes, como uma alternativa viável para acesso aos mercados, como, por exemplo, os mercados institucionais referenciados anteriormente. Em pesquisa realizada no Distrito Federal e entorno entre os anos de 2010 e 2012, identificou-se que vários produtores e extrativistas comercializam seus frutos *in natura* ou processados para feiras, margem de estradas, centrais de cooperativas, redes de comercialização, restaurantes e até diretamente para o consumidor final (ANDRADE et al., 2012).

2.4 Conclusão do Capítulo

O bioma Cerrado apresenta um grande potencial, devido à sua vasta biodiversidade, como pôde ser observado no desenvolvimento do presente capítulo. Da mesma forma, o agroextrativismo pode ser um grande aliado à sua conservação, por constituir uma atividade voltada principalmente a povos e comunidades tradicionais e incentivado aos agricultores familiares, aqueles que por lei mantem a área de reserva legal. Possibilita a geração de renda complementar a famílias, incentiva o manejo e uso sustentável das espécies e auxilia na valorização e conservação das espécies. Atualmente existem diversos mercados em potencial para os produtos do agroextrativismo, principalmente acesso aos circuitos curtos de comercialização (vendas diretas ao consumidor e em feiras locais).

Compreender o agroextrativismo no bioma Cerrado, como uma atividade em potencial, é importante para a compreensão da ação coletiva, por meios das organizações coletivas existentes para acessar os mercados. Diante da revisão literária, nota-se que há um mercado possível e o mesmo pode ser melhor aproveitado de forma justa aos extrativistas, quando inseridos nos circuitos curtos de comercialização. Da mesma forma, trabalhar de forma coletiva, possibilita e facilita esse acesso. O próximo capítulo está voltado para a metodologia da pesquisa, considerando os principais procedimentos utilizados, além da descrição da área de estudo.

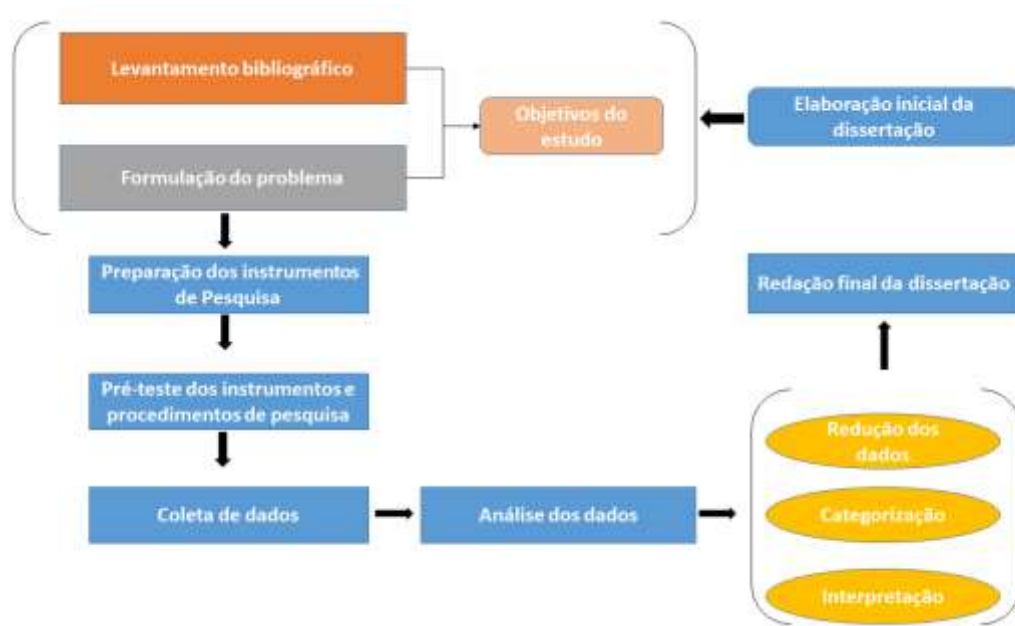
3 CAPÍTULO III: METODOLOGIA

O referencial teórico é o ponto chave para reflexões acerca da formulação do problema, que deve ir de acordo com o objetivo do estudo proposto. Etapas fundamentais para definição adequada da metodologia para que seja condizente com os propósitos da pesquisa.

A pesquisa em questão se apresenta como descritiva. Procurou identificar, registrar e analisar as características dos fatores que se relacionam com o processo. O desenho de investigação que melhor se apropriou na proposta da pesquisa é o estudo de campo, por considerar um maior nível de profundidade sobre as questões propostas (GIL, 2002). Assim, enquadra-se como uma pesquisa qualitativa, ou seja, essa abordagem busca compreender e explicar o porquê das coisas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

De acordo com Gil (2002), existe um conjunto de etapas que podem ser seguidas e que são apresentadas na figura 2.

Figura 2 - Esquema representativo das etapas metodológicas para desenvolvimento da pesquisa



Fonte: Adaptado de Gil (2002).

A pesquisa pretendeu estudar as organizações coletivas de agroextrativistas, formais e informais, os agroextrativistas individualmente, considera-se aqui os arranjos familiares, e todos os outros atores e agentes envolvidos na cadeia curta dos Frutos Nativos do Cerrado, com vistas ao acesso dos circuitos curtos de comercialização. O estudo foi realizado no município de Pirenópolis - Goiás, englobando, principalmente os povoados de Caxambu, Placa e Bom Jesus.

A escolha por Pirenópolis foi decorrente de estudos anteriores realizados, voltados para o mapeamento e tipologia dos fornecedores de frutos do Cerrado para estabelecimentos do ramo alimentício e industrial do Distrito Federal e Entorno¹². Com isso, foi possível identificar o potencial de Pirenópolis para os produtos do Cerrado.

A escolha dos povoados foi decorrente inicialmente do projeto referenciado anteriormente, que possibilitou conhecer primeiramente o Povoado Caxambu. Posteriormente, por meio do levantamento de campo realizado entre junho e julho de 2015, foi possível diagnosticar esses povoados como os principais coletores de frutos do Cerrado do município.

O instrumento de pesquisa base para o estudo foi o roteiro semiestruturado para realizações de entrevistas. Foram construídos dois tipos de roteiros, sendo: a) entrevistas com as organizações coletivas; e b) entrevistas com agroextrativistas inseridos nas organizações ou individuais. No entanto, no mês de agosto de 2015 foram realizados pré-testes dos instrumentos e procedimentos de pesquisa, com grupos similares localizado em Alto Paraíso - GO, que possibilitaram correções e adaptações para a realização do estudo de campo na região de fato escolhida. Os dois roteiros utilizados nos pré-testes se encontram nos apêndice A e B. Com as adaptações, utilizou-se somente o roteiro (apêndice C) que configurou abordagem mais flexível e onde foi possível a aplicabilidade para entrevistar os pequenos empresários extrativistas que foram identificados ao longo do estudo.

Normalmente, o estudo de campo se utiliza de várias técnicas (GIL, 2002). Nesse caso, utilizou-se das entrevistas e da observação direta. A coleta de dados, como previsto, aconteceu entre agosto e novembro de 2015. O estudo de campo foi realizado com uma associação no Povoado de Caxambu, dois empresários extrativistas em Pirenópolis, um empresário

¹² Proporcionado pelo projeto “Agregação de valor às espécies vegetais nativas do Cerrado em áreas de reserva legal de produtores familiares do Distrito Federal” da Universidade de Brasília, faculdade UnB de Planaltina, entre os anos 2010 e 2012

comprador de produtos de extrativistas em Pirenópolis, três agroextrativistas no Povoado da Placa, quatro agroextrativistas no Povoado de Bom Jesus. A pesquisa de campo conseguiu suprir as expectativas, identificando e entrevistando os atores chave para o estudo.

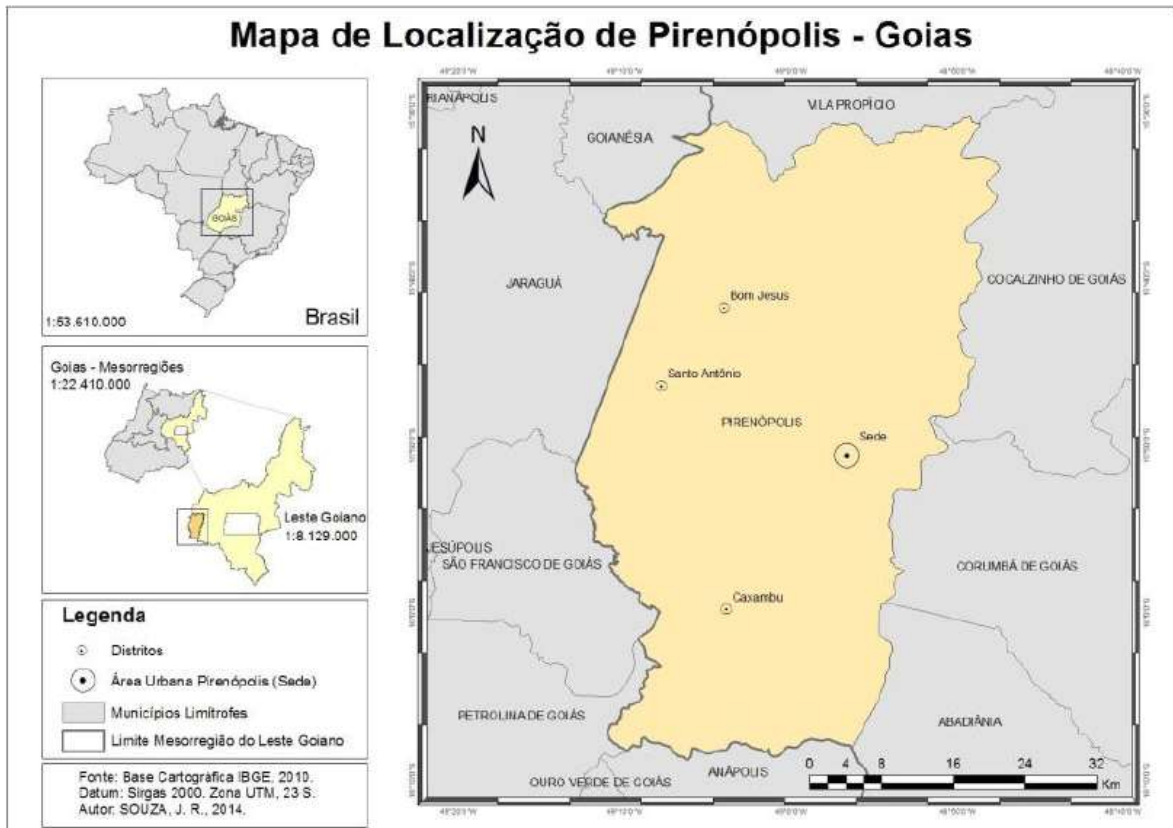
A análise dos dados utilizada no estudo de campo, baseada no Gil (2002), se subdividiu em 3 etapas primordiais, a saber: a) redução dos dados: onde aconteceu o processo de seleção, simplificação, abstração e transformação dos dados originais; b) categorização dos dados: inclui aqui a organização dos dados com o intuito de tomar decisões e tirar conclusões. Formou-se por meio de um conjunto de categorias descritivas fundamentadas no referencial teórico do estudo; e c) interpretação dos dados: após a categorização dos dados, na qual foi possível realizar a descrição do estudo, foi necessária uma análise mais interpretativa, capaz de ultrapassar a descrição para acrescentar elementos mais detalhados e precisos ao estudo.

Para facilitação da interpretação dos dados do estudo de campo, utilizou-se do Microsoft Office Excel. Os dados foram categorizados nos seguintes aspectos: perfil socioeconômico da região; perfil das associações, empreendimentos, agroextrativistas e demais atores envolvidos, subdivididos pelos tópicos - Povoados Caxambu, Bom Jesus, Placa e pelo Município de Pirenópolis; e a última categoria considerou os aspectos da ação coletiva dos agroextrativistas para acesso aos circuitos curtos de comercialização, subcategorizada na análise da ação coletiva dos atores envolvidos e no mapeamentos dos circuitos curtos de comercialização.

3.1 Descrição da Área de Estudo

O município de Pirenópolis pertence ao estado de Goiás, possui uma área de 2.227,793km² com uma população estimada de 23.141 habitantes, tendo o Cerrado como bioma. O município se encontra em uma posição geográfica estratégica, próximo a Brasília, a capital federal, e Goiânia e Anápolis no estado de Goiás (PIRENÓPOLIS, 2012).

Figura 3 - Mapa de localização de Pirenópolis - GO



Fonte : SOUZA *apud* NASCIMENTO (2014), p.188

Pirenópolis foi denominada no ano de 1727 como o Arraial Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte, devido à grande quantidade de ouro encontrado por um grupo de garimpeiros que pertencia à bandeira do Anhanguera. Essa designação está ligada à data de fundação do arraial, que coincidiu com o dia de Nossa Senhora do Rosário e o nome do rio que passa pelo local. Em 1832 o arraial se tornou a Vila de Meia Ponte e em agosto do ano seguinte foi categorizada como cidade. Apenas no ano de 1890 que passou a ser chamada de Pirenópolis por conta da Serra dos Pireneus (PIRENÓPOLIS, 2012; SILVA; SILVA, 2011).

Até o século XIX Pirenópolis era considerada a cidade mais importante do estado que, após esgotar o ouro, se tornou um grande produtor agrícola e mercantil até meados de 1880. Daí em diante, sofreu uma grande crise econômica até a década de 80 do séc. XX a região ficou praticamente intocada, sendo conservada sua característica original até hoje (PIRENÓPOLIS, 2012; SILVA; SILVA, 2011).

Desde 1989 o município de Pirenópolis é tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), pelo seu conjunto paisagístico. É considerada um dos mais ricos acervos

arquitetônicos do Brasil Central, mantendo-se forte as tradições, as festas populares, o rico folclore, as belas serras, cachoeiras e grande biodiversidade (SILVA; SILVA, 2011). De acordo com estes mesmos autores, hoje Pirenópolis recebe um grande fluxo de turistas, principalmente de Brasília - DF e Goiânia – GO. Essa realidade foi proporcionada a partir de 1980 por meio da melhoria da acessibilidade em torno da região, uma melhor infraestrutura, modernos meios de comunicação, transporte individual.

O interesse desta pesquisa está no município de Pirenópolis, principalmente pelo seu grande potencial turístico, onde se destinam pontos chave para inserção e comercialização de produtos do agroextrativismo do Cerrado. Os extrativistas identificados, em sua maioria, são dos povoados de Caxambu, Bom Jesus e Placa, conforme quadro 6.

Quadro 6 - Caracterização dos povoados estudados no município de Pirenópolis - GO

Povoado	Distância de Pirenópolis	População	Atividade	Fundação
Bom Jesus	29,03 km	Aprox. 75 habitantes	Agropecuária e agroextrativismo	1960
Caxambu	27 km	Aprox. 500 habitantes	Agropecuária e agroextrativismo	1948
Placa	28 km	Aprox. 150 habitantes	Agropecuária e agroextrativismo	1951

Fonte: Adaptado de Pirenópolis (2015).

O município de Pirenópolis é conhecido também por ser a Fortaleza do Baru, um projeto do movimento *Slow Food*¹³ com o intuito de ajudar os pequenos produtores isolados e os conectar aos mercados alternativos que valorizam os seus produtos. Atualmente, são mais de 750 produtos identificados no mundo, sendo 23 no Brasil. Esse projeto tem como elemento básico a sustentabilidade ambiental e socioeconômica, buscando a preservação de produtos tradicionais com risco de extinção, de práticas tradicionais com risco de extinção e de uma paisagem rural ou ecossistema em risco de extinção (CARRAZZA; FIGUEIREDO, 2010; NASCIMENTO, 2014; SLOW FOOD, 2013).

¹³ O movimento *Slow Food* é uma associação internacional sem fins lucrativos fundada no ano de 1989 e que tem como princípio fundamental o direito ao prazer da alimentação, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que respeite o ambiente e o produtor. Hoje são mais de 100 mil membros em diversos países do mundo, com escritórios na Itália, Alemanha, Suíça, Estados Unidos, França, Japão e Reino Unido, além de mais de 150 países apoiadores (SLOW FOOD, 2007).

Em 2006 Pirenópolis foi contemplado com este projeto e hoje é conhecido por ser o único município do Brasil a ter a Fortaleza do Baru (NASCIMENTO, 2014). Esta conquista se deve ao fato de o baru ser um produto da biodiversidade do bioma Cerrado com risco de extinção. Outras prerrogativas para tal reconhecimento se deram pelo município ser pioneiro na exploração comercial, em 1988, e pela sua forte ligação com a espécie (SLOW FOOD, 2013).

A história da organização social dos agroextrativistas se inicia no contexto da descoberta do potencial do baru como um produto de valor agregado para fins comerciais. A partir disso foram constituídas duas associações, Promessa de Futuro e Centro de Estudos e Exploração Sustentável do Cerrado (CENESC), ambas voltadas prioritariamente para agregação de valor ao baru. Apenas uma dessas permanece, porém se encontra fragilizada. A próxima seção da dissertação está destinada aos principais resultados e conclusões da pesquisa, viabilizando a análise dos aspectos da organização coletiva na Região.

4 CAPÍTULO IV: AÇÃO COLETIVA DE AGROEXTRATIVISTAS EM CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO EM PIRENÓPLIS – GO

A última seção da dissertação tem como foco a apreciação dos resultados alcançados diante do objetivo proposto de estudo. Estes resultados foram analisados com base no referencial teórico, apresentado nos capítulos um e dois da dissertação e da metodologia descrita na terceira seção.

Serão apresentados inicialmente os aspectos socioeconômicos da região de estudo, bem como a descrição dos entrevistados, agroextrativistas, empreendimentos e demais atores envolvidos. Por fim, propõe-se uma análise dos aspectos da ação coletiva nas principais formas de organizações dos agroextrativistas e demais atores envolvidos de Pirenópolis para acesso aos circuitos curtos de comercialização, além da identificação das principais estruturas elementares de reciprocidade.

A ação coletiva pode acontecer em diversas formas, quando há a formação de um grupo, com o intuito de alcançar algum benefício comum. Neste caso, a pesquisa considerou as formas de organização coletivas dedicadas aos circuitos curtos de comercialização.

Espera-se que a pesquisa em questão possa subsidiar a proposição de políticas públicas e de iniciativas de organizações não governamentais, além de contribuir para pesquisas futuras nesta temática, visto que não há muitos estudos de ação coletiva em circuitos curtos de comercialização.

4.1 Perfil socioeconômico da região

Pirenópolis – GO recebe um grande fluxo de pessoas, oriundas de diversos lugares do Brasil, principalmente dos municípios de Goiânia e Anápolis, ambos pertencentes ao estado de Goiás, e do Distrito Federal, devido principalmente aos atrativos turísticos e naturais. A tabela 3 demonstra a área, a população e a densidade demográfica da região de pesquisa, comparando-as com as principais regiões de origem dos turistas de Pirenópolis.

Quanto à densidade demográfica, o município de Pirenópolis apresenta uma relação de hab/km² inferior à de municípios de Goiânia e Anápolis e o Distrito Federal. Pode-se inferir que na região predomina uma população maior em áreas rurais ao se comparar com as demais.

Tabela 3 – Comparativo de área, habitante e densidade demográfica de Pirenópolis, Anápolis, Goiânia e Brasília

Regiões	Área (km ²)	Habitantes	Densidade Demográfica (hab/km ²)
Pirenópolis – GO	2.227,793	24.444	10,43
Anápolis – GO	933,156	4.613	358,58
Goiânia – GO	729,018	2599077	1.776,75
Distrito Federal	5.799,999	2.914.830	444,66

Fonte: adaptado de IBGE. Censo Demográfico, (2010) e Instituto Mauricio Borges de estatísticas e estudos socioeconômicos (MIB), (S/N)

O Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis – GO (PIRENÓPOLIS, 2012), demonstra que Pirenópolis recebe, em média, 10 mil turistas por mês, oriundos principalmente do Distrito Federal (56%), de Goiânia (23%) e de Anápolis (7%), de acordo com Silva e Silva (2011).

Em alta temporada predominam turistas do sexo masculino, com idades entre 18 e 25 anos, possuem uma renda individual entre R\$1.500,00 e R\$3.000,00 e normalmente possuem um nível superior de escolaridade. Em baixa temporada os turistas ainda são maioria do sexo masculino, no entanto com idades entre 35 e 44 anos, sendo em sua maior parte casais sem filhos e com renda entre R\$3.000,00 e R\$5.000,00 (PIRENOPOLIS, 2012).

Pode se inferir que os turistas são em média de alto poder aquisitivo, com elevado poder de aquisição, o que possibilita uma boa movimentação do comércio varejista e hoteleiro de Pirenópolis, por isso, conclui-se que o Turismo é uma das principais atividades econômicas desta região (PIRENÓPOLIS, 2012). Porém, vale destacar outras atividades econômicas significativas para a localidade, como a exploração mineral do quartzito micáceo; além da agropecuária, com destaque a criação de gado para corte e para produção leiteira, a fruticultura, a produção de arroz, a cana de açúcar, ao milho, a seringueira e a produção de mandioca, bem como a produção de artesanatos elaborados com matérias-primas da região.

O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma dos bens e serviços finais que determinadas regiões produzem em certo período. Tem por objetivo medir o nível de riqueza de uma região, sendo um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia para este fim.

O PIB *per capita* se baseia nos índices de despesas, renda e produtos, obtidos por meio da divisão do valor total pelo número de habitantes da região. Assim, é obtido um valor médio por indivíduo. Em suma, seria o valor que cada pessoa receberia de bens e serviços produzidos em um determinado período, caso não houvesse desigualdades de riquezas. Além do que, este indicador era utilizado para quantificar e analisar a qualidade de vida da população. Em 2013, Pirenópolis apresentou um PIB *per capita* de R\$14.374,48, valor baixo, comparando-o com o estado de Goiás 23.470,48, no mesmo período, conforme tabela 4.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto de Pirenópolis – GO

PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO					
Produto Interno Bruto <i>per capita</i> (R\$)	2009	2010	2011	2012	2013
Pirenópolis	8.695,48	10.106,24	11.087,07	11.801,78	14.374,48
Goiás	14.446,68	17.783,32	19.939,47	22.509,40	23.470,48

Fonte: IMB, (S/D)

Atualmente, usam-se outros indicadores para analisar a qualidade de vida da população, como o índice de desenvolvimento humano (IDH), haja vista que o PIB considerava apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. O IDH mede o progresso de uma nação a partir das dimensões de renda, saúde e educação. É um índice-chave dos objetivos do milênio das Nações Unidas, sendo que no Brasil tem sido muito utilizado pelo Governo Federal e pelas administrações regionais através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH – M).

O IDH é calculado com base em dados econômicos e sociais, sendo que o índice vai de zero – quando não há nenhum desenvolvimento, a um, quando há o desenvolvimento total –, ou seja, quanto mais próximo o índice de uma determinada região chega a um, mais desenvolvida é a região. Quando o índice fica acima de 0,8, é considerado muito alto, entre 0,7 e 0,79 se considera alto, entre 0,6 e 0,69 já é médio, entre 0,5 e 0,59 o IDH é baixo e de 0 a 0,5 é considerado muito baixo. Conforme demonstrado na tabela 5 o IDH-M de Pirenópolis é

médio, em 2010 o índice era de 0,693. Pode se observar que o IDH da longevidade é considerado muito alto, ou seja, a região possui uma boa expectativa de vida.

Tabela 5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Pirenópolis – GO

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal			
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	0,388	0,565	0,693
IDHM – Educação	0,151	0,387	0,604
IDHM – Longevidade	0,667	0,765	0,813
IDHM – Renda	0,579	0,61	0,678

Fonte: IMB, (S/D).

Conclui-se neste tópico que, na região há um desenvolvimento social, econômico e social satisfatório, devido, principalmente, ao potencial turístico. O próximo tópico foi destinado à descrição e análise inicial dos estudos de campo realizados.

4.2 Descrição dos agroextrativistas e demais atores envolvidos

Com o objetivo de identificar a ação coletiva dos agroextrativistas de Pirenópolis para acessar os circuitos curtos de comercialização, por meio do estudo de campo, identificou-se três povoados importantes atuantes com o extrativismo de frutos do cerrado, bem como a três empresários que vendem produtos derivados de dessas espécies, sendo que dois deles são extrativistas e um compra e incentiva o extrativismo (Quadro 7).

Quadro 7 – Categorização dos agroextrativistas, organizações e demais atores entrevistados

Nº	Localização	Como será categorizado
1	Povoado Caxambu	Promessa de Futuro (Associação A)
2	Povoado Bom Jesus	CENESC (Associação B)
3	Povoado Bom Jesus	Família A
4	Povoado Bom Jesus	Família B
5	Povoado Bom Jesus	Família C
6	Povoado Bom Jesus	Família D
7	Povoado da Placa	Família E
8	Povoado da Placa	Família F
9	Povoado da Placa	Família G
10	Pirenópolis	Padaria Trem do Cerrado (Empreendimento A)
11	Pirenópolis	Sabores da Terra (Empreendimento B)
12	Pirenópolis	Santuário de Vida Silvestre Vagafogo (Empreendimento C)

Fonte: dados da pesquisa.

4.2.1 Povoado Caxambu

Promessa de Futuro (Associação A): criada em 1988 por um grupo de mulheres interessadas em melhorar a nutrição e saúde de suas famílias, iniciou com um grupo de 10 famílias em que produziam hortaliças e outras culturas de forma agroecológica, além de trabalharem, anos depois, com frutos nativos do Cerrado, coletando principalmente o baru, a cagaita e o cajuzinho do Cerrado. Esta associação foi uma das precursoras na utilização do fruto do baru para fins comerciais.

Possuem uma agroindústria para processamento dos alimentos dentro da propriedade de uma das famílias pertencentes à associação. Em relação aos frutos nativos do Cerrado, as famílias coletam dentro da propriedade onde está a agroindústria, assim como em propriedades vizinhas. A associação produz e comercializa localmente uma grande variedade de produtos: conservas, doces, picles, *chutney*¹⁴, diversos tipos de chás e vários outros produtos agrícolas, como feijão azuki e gergelim.

¹⁴ Condimento agri-doce originário da Índia.

Com o tempo, as famílias foram saindo da associação, e hoje somente três famílias ainda estão vinculadas, todas com graus de parentesco e morando na propriedade onde está localizada a agroindústria. A propriedade hoje produz mais de 30 variedades diferentes de produtos agrícolas, principalmente hortaliças, para alimentação da família, em apenas 3 hectares. O sistema de produção é rotacional e consorciado, o que proporciona sempre uma terra fértil e dificulta o ocasionamento de doenças e pragas.

De acordo com o relato do proprietário, a mudança de hábito em sua produção, que antigamente era convencional, com o uso de agrotóxicos e outros insumos, está relacionada à alimentação ruim e, principalmente, a doenças. Relatou o caso de seu filho que, quando mais novo teve leucemia e com a mudança do sistema de produção, sua saúde melhorou. Hoje, os moradores desta propriedade não têm problemas de saúde, graças a uma alimentação saudável proporcionada pela sua produção.

4.2.2 *Povoado Bom Jesus*

A história deste povoado em relação ao extrativismo de frutos do Cerrado iniciou em 1996 quando um artesão do Terra Nostra, uma sociedade alternativa próxima ao povoado, resolveu experimentar o baru torrado, havendo uma ótima aceitação daqueles que o experimentaram. Foi a partir desse período que se iniciou a destinação do baru para fins comerciais em Pirenópolis. Na mesma época, com o “Projeto Vagafogo de Educação Continuada” e com um outro projeto financiado pelo Programa de Pequenos Projetos Sociais (PPP-Ecos) em Diorama –GO, surgiu a ideia de uma guilhotina com a adaptação de uma foice e uma alavanca em um touco de madeira, conhecido até hoje como quebrador de baru.

No mesmo período foi criada o CENESC, onde os membros eram de famílias do povoado de Bom Jesus, mas também com membros do Terra Nostra. A associação estava voltada para a coleta principalmente do baru, mas também do jatobá. Além do extrativismo, trabalhavam com o artesanato utilizando casca do baru, ouro e prata. Atuavam no mercado local, em pousadas, restaurantes e lojas de produtos naturais, além de levar os produtos para outras regiões. Seus associados sempre foram atuantes, participaram de projetos e eventos importantes, mas com o passar do tempo os membros foram saindo da associação, ficando apenas uma família mais um sócio, o mesmo precursor do baru torrado em Pirenópolis, usando

a marca e equipamentos da associação. Hoje algumas famílias do povoado continuam com a extração de forma isolada, porém atualmente apenas uma família domina a extração do baru, como melhor será descrito a seguir.

Família A: participaram da associação B (CENESC) e hoje utilizam ainda da marca e dos equipamentos para a produção. Atualmente, a família tem sociedade com mais uma pessoa – o artesão relatado anteriormente, cujo papel nesta sociedade é apenas o de buscar as castanhas de baru e vender para clientes em Brasília, como relata um representante da família A. O artesão conhece bem o mercado, então ambos possuem relação de confiança. Além do seu sócio, foi possível identificar que outras famílias dentro do povoado coletam, quebram e torram para repassar para a família. Observa-se ainda que os mesmos são os que dominam a produção extrativista no povoado e que acessam com maior facilidade o mercado. Trabalham especificamente com o baru torrado, por gerar uma fonte de renda maior para a família. Além do extrativismo, são criadores de vacas leiteiras e fora da propriedade o representante da família trabalha com jardinagem.

Família B: chegaram a participar da associação B (CENESC) e hoje são agroextrativistas. A família não trabalha com agricultura para venda, apenas criam e plantam para consumo familiar. Em relação aos frutos do Cerrado, hoje coletam preferencialmente o baru, devido à renda complementar que o mesmo possibilita, vendendo as castanhas sem casca e sem torrâ-las. Os mesmos não utilizam o espaço da antiga associação, uma vez que relatam que é necessário pagar para usar do espaço, exigência que não concordam, já que a associação é por direito de todos que lá participaram, segundo os mesmos. Atualmente utilizam ainda a foice, que circula entre os moradores que extraem o baru. Possuem clientes fixos e atuam prioritariamente no mercado local, mas comercializam também em Goiânia.

Família C: Não são extrativistas e hoje trabalham para a Família A, com a qual possuem grau de parentesco. Seu papel é quebrar e torrar a castanha de baru repassados pela família A. Com isso, recebem um valor monetário pelo trabalho, calculado com base na quantidade de castanhas quebradas e torradas. Os membros entrevistados informaram que têm a intenção de começar a coletar baru, sendo que o intuito é coletar para vender e receber mais da família A.

Família D: São extrativistas, atualmente coletam baru e jatobá, no entanto, o carro chefe é também o baru. A família não chega a torrâ-los, hoje só coletam e quebram, mas tem interesse

em começar a torrá-los para poder receber mais. Toda a sua produção é vendida para a família A, mas também informaram ter interesse em vendê-los para outras pessoas.

4.2.3 Povoado da Placa

Diferentemente dos povoados citados anteriormente, o povoado da Placa não vivenciou uma iniciativa de organização coletiva para produção extrativista de frutos do Cerrado. Há informações de que já tentaram mobilizar os extrativistas para criação de uma associação, mas que não foi para frente, devido ao interesse pessoal das pessoas que lá estavam, que foram “tachados” como individualistas pelos entrevistados. Entretanto, em um levantamento inicial, o povoado foi muito citado, por compradores e consumidores em Pirenópolis – GO.

Família E: trabalham aproximadamente há cinco (5) anos com a coleta do baru, iniciaram quando o fruto apresentava uma boa visibilidade, com um preço bom de mercado e com uma alta procura. A família estoca durante o ano todo o fruto em sua propriedade, desta maneira obtém preços maiores ao vender fora de época. Consideram o baru como reserva, sendo inclusive chamado pelo entrevistado como “ouro do Cerrado”. Hoje, apenas duas pessoas da família são responsáveis pela coleta dos frutos. O representante da família E entrevistado, relatou que compra o fruto de outros extrativistas do povoado e assim consegue manter o estoque de fruto o ano todo. A atividade econômica principal da família é a produção de farinha de mandioca, goma para tapioca, queijo, entre outros produtos. Consideram o baru como uma fonte complementar de renda.

Família F: há três anos começou a coletar e quebrar o baru. Iniciou quando mudou para o povoado, incentivada pela família E. Hoje coletam e quebram o baru para vendê-lo para a família E. A família não conhece muito o potencial do baru, mas fica satisfeita com o dinheiro extra que recebe da família E. Atualmente criam galinhas e têm uma pequena horta para consumo pessoal, além de trabalhar fora quando aparece uma oportunidade.

Família G: trabalha há mais de 15 anos com a coleta do baru. Os membros entrevistados relataram que no início era difícil vender, pois nem todo mundo conhecia e tinha receio de comprar o produto. Hoje existe uma grande procura, a família costuma ir ao centro histórico de Pirenópolis, onde entrega o baru torrado e já possui um mercado e compradores fixos, devido

ao tempo que já trabalha com o fruto. A família relata que foi através do baru que conseguiram comprar uma moto, uma aquisição fundamental que facilita tanto a entrega dos seus produtos como a coleta. Além do extrativismo, criam galinhas para consumo e retiram renda também da aposentadoria e de “bicos” realizados fora da propriedade.

4.2.4 Pirenópolis

Em Pirenópolis existem alguns empresários que trabalham com o extrativismo e vendas de produtos à base de frutos do Cerrado. Compreender e comparar o contexto dessas atividades com outras realidades é de suma importância para se entender a ação coletiva dos agroextrativistas, ou a ausência da mesma.

Trem do Cerrado (Empreendimento A): é uma padaria que utiliza em seus produtos alguns frutos do Cerrado, distribuindo seus produtos para diversos estabelecimentos, dentro e fora de Pirenópolis. Os principais frutos do Cerrado utilizados na preparação dos produtos são baru, pequi e jatobá. Com esses frutos produzem: barrinhas de baru e de pequi; baru torrado; bolo integral de baru e aveia; bolo integral de baru e cacau, bolo integral de baru e maçã; bolo integral de jatobá; farinha de jatobá; palitos de baru e cebola. O baru e o jatobá são comprados de coletores locais e a amêndoa do pequi são fornecidas por coletores de Januária, norte de Minas Gerais.

Um aspecto interessante do empresário A é a sua relação com os extrativistas, uma vez que o mesmo incentiva o uso e o manejo sustentável do Cerrado, sendo constantemente convidado para participar de eventos e representar sua região, como no Encontro Terra Madre¹⁵, realizado pelo movimento *Slow Food*. Além disso, sempre que possível, ministra cursos em assentamentos e propriedades rurais, para incentivá-los a aproveitar os frutos nativos. Por diversas vezes, já tentou participar de iniciativas para formar organizações coletivas em povoados de Pirenópolis e até em outras regiões do bioma.

¹⁵ É uma iniciativa que reúne diversas pessoas do mundo - agricultores, pescadores, processadores, distribuidores, cozinheiros e especialistas agrícolas – que trabalham pela sustentabilidade de seus produtos, pela qualidade e pelo respeito ao ambiente e ao povo. O evento é organizado a cada dois anos, onde acontecem oficinas e painéis de discussão, havendo uma aproximação e trocas de conhecimentos e saberes com os diversos participantes (Slow Food, 2007).

Sabores da Terra (Empreendimento B): trata-se de uma empresária extrativista que tem um estabelecimento no centro histórico de Pirenópolis, com menos de um ano de funcionamento, no qual vende seus diversos produtos de frutos do Cerrado. Iniciou com o extrativismo em 1998 e seus produtos eram vendidos em diversos estabelecimentos de Pirenópolis. Mesmo com a abertura da loja própria, a empresária ainda comercializa os produtos nos pontos de venda anteriores citados.

Todos os frutos utilizados nos seus produtos são oriundos de sua própria coleta, com auxílio do seu esposo, ou seja, não necessita comprar matéria-prima de outros extrativistas. Dentre os diversos frutos do Cerrado utilizados, tem-se: baru, jatobá, pequi, cagaita, cajuzinho do Cerrado, araticum, jenipapo, entre outros. Com esses frutos, produz diversos licores, geleias, compotas, conservas e doces. Sempre é convidada a participar de feiras e eventos e normalmente expõe em sua loja produtos do povoado da Placa e de Bom Jesus, da associação A, entre outros fornecedores. A renda principal é oriunda dos produtos do extrativismo, porém é complementada pela marcenaria, atividade realizada pelo seu esposo.

Santuário de Vida Silvestre Vagafogo (Empreendimento C): O interesse no Bioma Cerrado pelos membros deste empreendimento familiar é antigo, visto que participaram em 1986 da criação de uma ONG voltada para a conservação da biodiversidade do bioma. A ONG teve financiamento do PPP-Ecos, do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) administrado pelo ISPN para o projeto chamado “Projeto Vagafogo de educação continuada: formação de mão de obra para atividades cooperativadas e de preservação ao meio ambiente”, aprovado em 1998. Este projeto de capacitação beneficiou a associação A e associação B, além de uma outra que não fez parte do estudo. Foi por intermédio desta ONG que as associações A e B foram precursoras, em Pirenópolis, na coleta, processamento e venda, principalmente do baru. A ONG foi uma iniciativa importante para o sucesso e valorização dos produtos do Cerrado. Hoje a família vive em sua propriedade, voltada para atividades de educação ambiental, ecoturismo e alimentação saudável com base agroecológica e com frutos nativos da região.

A área onde se situa a propriedade é uma **RPPN**, unidade de uso sustentável, criada em 1990, onde é possível realizar diversas atividades de aventura, como arvorismo, *rappel*, tirolesa,

pêndulo¹⁶, além de trilhas e observação de fauna e flora. Oferecem um *brunch*¹⁷ com cerca de 45 itens produzidos na fazenda a partir de frutos do Cerrado e produtos locais. São extrativistas e sua renda é obtida por meio do extrativismo, com a realização do *brunch* e do ecoturismo. Os principais produtos com base nos frutos do Cerrado são: geleia e suco de cagaita e de mangaba; pesto de baru; farinha e seiva de jatobá; polpa de pequi; baru torrado, entre outros.

A partir da descrição inicial dos entrevistados, o próximo tópico apresentará uma análise da ação coletiva dos envolvidos para acesso aos circuitos curtos de comercialização.

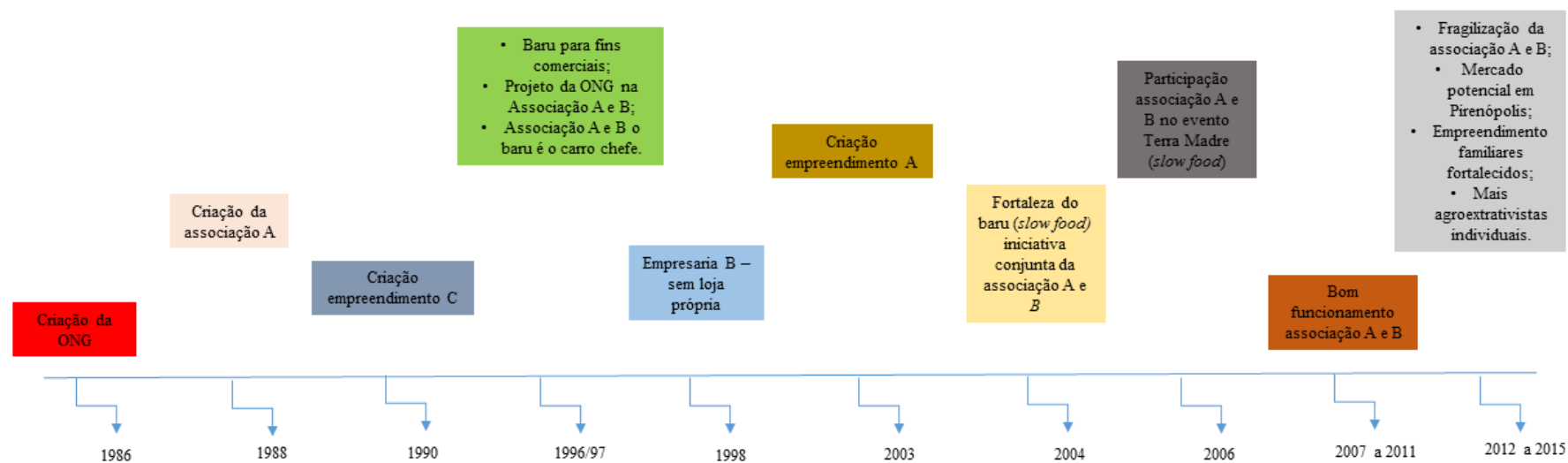
4.3 Ação coletiva dos agroextrativistas em circuitos curtos de comercialização em Pirenópolis – GO

O município de Pirenópolis vivenciou momentos de iniciativas colaborativas para valorização e uso sustentável dos frutos nativos do Cerrado. É datado que aproximadamente em 1986 houve a ação de diversas iniciativas voltadas para conservação da biodiversidade e que entre 1996 e 1997 as associações A e B, Promessa de Futuro e CENESC, trabalharam de forma mais intensa para o aproveitamento alimentar dos frutos do Cerrado, que foram incentivados também pelo movimento *Slow Food*, por meio da fortaleza do Baru instituída em 2004, conforme figura 4.

¹⁶ São atividades radicais praticadas ao ar livre, a saber: O arvorismo é um esporte praticado na travessia entre copa de árvores por meio de uma estrutura com diversos obstáculos, em uma certa altura; o *rappel* é uma atividade radical que utiliza cordas e equipamentos adequados para descidas de paredões, edifícios, entre outros; a tirolesa é uma prática de esporte em que o indivíduo se desloca de um ponto a outro por meio de um cabo aéreo ancorado; e o pêndulo consiste em saltar em uma certa altura utilizando os equipamentos do *rappel*.

¹⁷ Com origem britânica, é uma refeição prolongada que combina o café da manhã com o almoço.

Figura 4 – Linha do tempo das iniciativas para valorização dos produtos oriundos de frutos do Cerrado em Pirenópolis – GO



Fonte: dados da pesquisa.

As associações A e B, Promessa de Futuro e CENESC, conforme descrito anteriormente, foram as precursoras de iniciativas de valorização e aproveitamento alimentar dos frutos do Cerrado na região de Pirenópolis, principalmente do baru.

A associação Promessa de Futuro ainda permanece ativa, no entanto, com o decorrer dos anos, ficou fragilizada. Seus sócios foram saindo da associação por conflitos de interesse e por não saberem trabalhar de forma coletiva, tendo sido esses os argumentos das três famílias que moram na mesma propriedade com grau de parentesco, únicos que ainda permanecem na associação. Outro problema enfrentado pela associação está relacionado venda dos produtos, primeiramente por não poder emitir nota fiscal, fato que os impediu de participar de uma central de cooperativas em Brasília. Hoje estão atuando apenas no mercado local. O dinheiro que entrava na associação não podia ser dividido pelos sócios, devido à característica legal de uma associação por não possuírem fins econômicos, apenas fins sociais e culturais¹⁸.

No início da associação, existia uma relação de confiança, reputação e reciprocidade entre os membros, que seguiam os princípios da economia solidária. No entanto, com o tempo a organização se tornou fragilizada. O quadro 8 destaca os principais problemas ocasionados e que afetaram a saída da maioria dos membros da associação.

Quadro 8 – Principais problemas que afetaram a associação A

Principais problemas	
Ação coletiva	Conflitos de interesse
	Não sabiam trabalhar de forma coletiva
Organização coletiva	Associação não emite nota fiscal
	Associação não pode repassar o retorno econômico aos sócios
	Agroindústria era dentro da propriedade de uma família

Fonte: dados da pesquisa.

Dentre os elementos considerados no quadro 8, há a possibilidade de se fazer uma análise em cima dos elementos fundamentais - reputação, confiança e reciprocidade - descritos por Ostrom (2007) e que afetam o trabalho colaborativo. A mesma considera também outros

¹⁸ Todo o dinheiro que entra em uma associação tem que ser utilizado em benefício da associação, como por exemplo, na compra de aparelhos, manutenção da sede, entre outros.

aspectos importantes, como: número de participantes envolvidos; forma de divisão dos recursos; heterogeneidade dos participantes; comunicação face a face; existência dos “caronas”; existência de informações sobre as ações passadas; ligações dos indivíduos e liberdade de entrar e sair.

No caso da associação, supõe-se que, a motivação para saída de membros pode estar relacionada aos seguintes aspectos identificados por Ostrom: a forma de divisão dos recursos - o papel da associação não se enquadrava com a atual necessidade¹⁹ e o fato da agroindústria estar instalada dentro da propriedade de um membro da associação; a Comunicação face a face (assimétrica) - as informações dentro da associação eram repassadas de forma desigual o que propiciou o conflito de interesse; e a Reciprocidade – dificuldade em trabalhar coletivamente, reduzindo a cooperação entre os membros.

O caso da associação do CENESC foi semelhante ao anterior, que no início funcionava bem, porém, com o passar do tempo perdeu a prioridade de investimento dos sócios por conflitos de interesses. De acordo com as entrevistas realizadas com os agroextrativistas do povoado de Bom Jesus, o principal fator prejudicial foi que muitos dos associados queriam receber bem, mas trabalhando menos, ou seja, houve presença de “caronas”. Outra questão relatada pelos entrevistados indica que alguns membros queriam se sobressair em relação aos outros, com intenção de obter vantagens em benefício próprio, apresentando um comportamento oportunista. Por fim, os entrevistados descreveram que os membros não estavam mais unidos e que haviam rotineiramente descumprimentos de palavras, no decorrer das entrevistas utilizam muito a expressão “de que se falava muito, mas pouco se fazia”. O quadro 9 detalha os principais problemas afetados na associação.

O caso acima se assemelha ao que Olson (1990) relatou em seus estudos. Por mais que as pessoas se unam por objetivos comuns, elas também têm seus objetivos puramente pessoais, o que, na associação B, afetou de forma profunda o andamento do grupo.

¹⁹ A necessidade de emitir nota fiscal para acesso a outros mercados exigentes

Quadro 9 - Principais problemas que afetaram a associação B

Principais problemas	
Ação coletiva	Conflitos de interesse
	“Caronas”
	Oportunismo
	Não trabalhavam mais de forma coletiva

Fonte: dados da pesquisa.

Realizando a mesma análise junto à associação da Promessa do Futuro, a partir dos elementos básicos para a existência da ação coletiva, pode-se deduzir que o término da associação CENESC foi viabilizado pelos seguintes fatores: a comunicação face a face (assimétrica) – as informações eram repassadas aos membros de forma desigual e propiciou o conflito de interesse entre os mesmos, bem como a conduta oportunista de alguns; a reciprocidade: com o tempo, criou-se uma dificuldade em trabalhar coletivamente, reduzindo de forma significativa a reciprocidade, conseqüentemente a cooperação; a presença dos “caronas”, ou seja alguns membros queriam se beneficiar, trabalhando menos.

Hoje o CENESC não existe mais, porém a família A utiliza da marca e dos equipamentos da associação B para sua produção. Por meio da pesquisa, foi possível observar que a família A é que domina em relação à coleta e venda dos produtos. Das quatro (4) famílias entrevistadas, apenas a família B não vende sua produção para a família A.

Analisando de forma global, pode-se inferir que há uma relação de reciprocidade centralizada - onde as prestações e decisões são distribuídas por um centro de redistribuição - envolvendo as famílias C e D, gerando sentimentos de confiança e obediência. Agora, analisando de forma isolada, a relação da família A com a família C e a relação da família A com a família D, deduz-se que ocorra a reciprocidade binária assimétrica, onde há uma relação de alianças entre as partes.

Pode se deduzir que no povoado de Bom Jesus os arranjos familiares funcionam bem, havendo, quando de interesse, relações socioeconômicas entre vizinhos. Hoje o trabalho colaborativo acontece dentro das relações familiares, não havendo mais a ação coletiva entre os membros da antiga associação.

Uma questão levantada para os entrevistados do povoado Bom Jesus, buscava identificar se os mesmos ainda tinham interesse em participar de alguma

associação/cooperativa. A família B respondeu que teria interesse, mas somente se fosse uma associação familiar e com o apoio de pessoas capacitadas. As demais famílias responderam que até participariam de outra organização, mas somente se fosse de forma mais organizada e se todos trabalhassem juntos.

Tratando-se do povoado da Placa, as famílias E, F e G trabalham isoladamente, sendo que nunca formaram organizações como associação ou cooperativa, ou mesmo de um grupo informal. Pode-se inferir que não ocorre ação coletiva entre os membros do povoado que comercializam produtos oriundos de frutos do Cerrado, os agroextrativistas se organizam pelos arranjos familiares para acessar aos mercados.

Ao questionar os entrevistados do povoado da Placa se teriam interesse em participar de uma organização coletiva, apenas a família F demonstrou interesse, uma vez que poderiam auxiliá-los para melhorar sua produção e venda. A família G não demonstrou interesse, talvez pelo desconhecimento, enquanto que a família E teria interesse se fosse uma empresa individual, torna-se empreendedor.

Considerando os aspectos da reciprocidade, as famílias E e G mantêm uma relação de reciprocidade binária assimétrica, onde a família E oferece mais trabalho à família G, gerando então uma relação de amizade e aliança entre ambos.

No povoado da Placa, acontecem casos isolados de reciprocidade, como relatado acima. O fato da família G fornecer produtos para a família E pode até gerar uma relação de confiança, promovendo a reciprocidade e até suprindo necessidades de ambos, porém se trata de um processo de compra e venda e que não pode ser considerado como ação coletiva. Considera-se que a ação coletiva acontece apenas dentro dos arranjos familiares citados.

Algo notório na pesquisa de campo foi identificar empreendimentos voltados para o aproveitamento alimentar de frutos do Cerrado que estão ganhando visibilidade em Pirenópolis. No estudo, foi possível identificar três (3) empreendimentos, Trem do Cerrado, Sabores da Terra e Santuário de Vida Silvestre Vagafogo, na região com uma ótima aceitação, principalmente pelos turistas.

De fato, o trabalho informalizado familiar, ou em um empreendimento formalizado é mais fácil de ser administrado, de ser organizado. No entanto, não é uma alternativa muito acessível para muitos extrativistas, moradores de povoados distantes, uma vez que existe todo

um aparato burocrático por trás, entraves regulatórios, que dificultam o acesso para essas pessoas. Por isso, existem as iniciativas colaborativas, com base nos princípios da economia solidária, como as associações/cooperativas, que auxiliam essas pessoas a se organizarem e entrarem no mercado.

Os empreendimentos A, B e C hoje funcionam bem, possuem uma boa aceitação, devido a todo um esforço familiar anteriormente levado em conta. São pessoas com estudo, com uma renda e com uma qualidade de vida melhor, pessoas que tiveram oportunidade de vivenciar outras iniciativas, por isso hoje são empreendedores.

Os três empreendimentos entrevistados são reconhecidos e cada um possui uma característica interessante. O empreendimento A (Trem do Cerrado) é uma padaria que hoje tem uma grande aceitação na região e outras localidades. Seu interesse não é somente na geração de renda, pois a família tem uma relação próxima com o Cerrado, buscando sempre divulgar o potencial e valorizando o uso sustentável do bioma. Participam de eventos de promoção da biodiversidade, ministram cursos de aproveitamento alimentar em diversas regiões, povoados, comunidades e assentamentos. Possuem uma relação de confiança com os extrativistas que vendem os frutos do Cerrado para o empreendimento e optam sempre por manter essa relação recíproca com seus fornecedores.

Neste caso a ação coletiva acontece apenas no arranjo familiar, existindo reciprocidade, confiança, reputação, proximidade e cooperação em determinadas ações. O empreendimento A tem um papel muito importante para seus fornecedores, segundo relato do empresário, que expõe que sempre busca uma relação próxima, uma troca de conhecimentos entre eles e até para incentivar a formação de organizações coletivas. O empresário, no decorrer das entrevistas, relatou que já tentou alguma iniciativa com o povoado da Placa, para eles formarem uma associação/cooperativa para facilitarem a produção e venda, mas, segundo o mesmo, a iniciativa não foi continuada, devido aos agroextrativistas apresentarem um comportamento puramente individual.

O empresário A não é extrativista, conforme já relatado em sua descrição anteriormente. O motivo de sua inclusão no estudo é pelo fato de ser um ator chave para o entendimento da organização dos agroextrativistas para acesso ao mercado, pois o mesmo conhece bem a região e já participou e vivenciou várias iniciativas.

O empreendimento B (Sabores da Terra) é um caso bem interessante, é uma extrativista junto com seu esposo marceneiro que abriram uma loja onde vendem diversos produtos à base de frutos do Cerrado, vivem basicamente da renda do extrativismo, além do trabalho esporádico de marceneiro do marido. É um estabelecimento inovador no centro de Pirenópolis, que recebe muitos turistas e que tem boa aceitação e a ação coletiva acontece no âmbito familiar.

Por fim, o empreendimento C (Santuário de Vida Terrestre Vagafogo), que também é uma iniciativa interessante que existe há mais de 25 anos. O mais significativo neste caso, é que antes a família, ou melhor dizendo, o pai da família, participou da ONG que auxiliou as associações A e B no início. Hoje são extrativistas e trabalham com o ecoturismo e com a educação ambiental.

Como pôde ser analisado, existiram iniciativas colaborativas dos agroextrativistas para acesso aos mercados, no entanto, com o tempo foram se extinguindo. Hoje em Pirenópolis só existe a associação Promessa de Futuro, que, no entanto, se encontra fragilizada. O que domina, são os empreendimentos e os arranjos familiares. A seguir, serão detalhados os circuitos curtos de comercialização, que, apesar de existir apenas a ação coletiva dentro dos arranjos familiares e dos empreendimentos para acesso aos circuitos curtos, é uma alternativa viável e acessível.

4.3.1 Os circuitos Curtos de Comercialização

Como já destacado, Pirenópolis é uma região que recebe ao longo do ano muitos turistas, de diversas localidades do Brasil e do mundo, fazendo com que o turismo seja a principal atividade econômica da região. Consequentemente, os estabelecimentos alimentícios, pousadas e lojas apresentam um ótimo potencial de vendas, principalmente quando se trata de trabalhos artesanais e locais. Com isso, os produtos do Cerrado possuem uma boa procura e aceitação dos turistas, ou seja, existe um mercado viável para os frutos nativos do Cerrado em Pirenópolis.

Isso faz com que seja importante incentivar a produção local, uma vez que existe um mercado em potencial. Devido a este fato, o estudo se baseou na análise da ação coletiva, ao se pensar que é uma forma em que os agroextrativistas estariam organizados para acessar de maneira mais fácil esses mercados. No entanto, os resultados apontaram que a ação coletiva acontece apenas no âmbito familiar e nos empreendimentos estudados, sendo estes que estão

dominando hoje o mercado de Pirenópolis, além da associação Promessa de Futuro que ainda permanece ativa, porém fragilizada. Todavia, é possível afirmar que os circuitos curtos em Pirenópolis são visíveis e são as principais formas de entrada dos agroextrativistas nos mercados.

Todos os entrevistados - associação, famílias e empreendimentos - fornecem seus produtos no mercado local de Pirenópolis, porém somente alguns fornecem para outras regiões. Apenas 33% dos entrevistados relataram comercializar seus produtos também em outras regiões, como o caso das famílias A, B, E e do empreendimento A. Os participantes da pesquisa fornecem principalmente para Brasília – DF e Goiânia – GO, sendo este o principal mercado para o empreendimento A, haja vista que o empresário relata que o mercado de Goiânia chega a ser mais favorável, maior demanda, do que o da sua região. Entretanto, nem todos entrevistados participam dos circuitos curtos de comercialização.

Como se pode observar, do total dos entrevistados, a maioria, 67%, participam dos circuitos curtos de comercialização. Os que não participam, são os que vendem sua produção a outras famílias, do seu próprio povoado (as famílias C e D vendem para a família A e a família F vende para a família E), isso faz com que não haja relação de proximidade com seus consumidores finais, além de não ser possível conhecê-los. Outra questão da não caracterização é que passam por mais de um agente intermediário, até a chegada ao consumidor final. O empreendimento A também não entra nos circuitos curtos de comercialização, pelo fato de não serem agroextrativistas, ou seja, sua produção é oriunda da compra de frutos de diversos fornecedores, originários de povoados em Pirenópolis, quando se trata do baru e jatobá e da região de Januária - MG, quando se trata do pequi.

Por meio do estudo e das entrevistas, foi possível mapear os mercados que as famílias, a associação e empreendimentos se inserem nos circuitos curtos de comercialização, conforme apresentado no quadro 10.

Quadro 10 – Mapeamento dos mercados de circuitos curtos de comercialização em Pirenópolis

Tipo de mercados de C.C.	Entrevistados	Formas de acesso
Venda direta	Família G	Porta a porta
	Empreendimento B	Feira local de Pirenópolis
	Associação A	Direto na propriedade
Venda de eventos	Empreendimento B	Eventos de promoção de produtos da biodiversidade do Cerrado
Mercado de pontos de venda formais	Empreendimento B	Estabelecimento próprio; lojas, restaurantes e pousadas
	Empreendimento C	Estabelecimento próprio
	Associação A	Lojas, restaurantes e pousadas
	Família A	Lojas, restaurantes
	Família B	Empreendimento A
	Família E	Empreendimento A, Lojas e restaurantes
	Família G	Lojas, restaurantes, pousadas

Fonte: dados da pesquisa

A classificação se baseou no mapeamento de mercados identificados por Gazzolla (2011) - mercados de venda direta, mercados de eventos, mercados institucionais, mercado de ponto de venda formal e mercado de organização social em rede - e no conceito proposto por Chaffotte e Chifoleau (2007), onde os circuitos curtos se distinguem entre as vendas diretas e indiretas, quando se considera no máximo um agente intermediário.

Ao se considerar a tipologia de Gazzolla (2011), o estudo verificou que não ocorre, dentre a amostragem da pesquisa, o mercado institucional e o mercado de organização social em rede. Entretanto, esse último tipo de mercado já foi acessado quando a associação A participava de uma central de cooperativas em Brasília, porém hoje não estão mais inseridos, devido à caracterização da organização, que no caso é uma associação e na Central em questão só participam cooperativas com base agroecológica²⁰.

Pode-se observar no quadro 10 que o mercado de pontos de venda formais se sobressaiu, com a comercialização para lojas, pousadas e restaurantes locais da região, incentivando e

²⁰ Para entrada de novos membros é necessário se enquadrar nos requisitos, atender e entregar todos dos documentos exigidos, bem como os produtos devem ser rotulados e padronizados de acordos com as normas fiscais, sanitárias e ambientais e por fim, pagar a cota parte de 2.500 reais, o mesmo pode ser em dinheiro ou em produto.

valorizando os produtos locais. No centro de Pirenópolis existe uma loja da prefeitura que comercializa somente produtos locais. Neste caso, possibilita-se uma aproximação entre o produtor e o consumidor, por ser uma loja que valoriza e incentiva essa aproximação, seja na embalagem, onde está o histórico do produtor; seja no ato da venda, onde os vendedores estão instruídos a explicar a origem e contar um pouco da história dos produtos; ou na participação dos próprios produtores.

Outra informação interessante são os casos dos empreendimentos familiares que se enquadram neste mercado, mas que são proprietários do estabelecimento. Nota-se que o empreendimento B, além de possuir seu próprio estabelecimento, também tem seus produtos inseridos em diversos estabelecimentos de Pirenópolis.

A venda direta também ocorre, sendo que 3 dos 12 entrevistados vendem diretamente, ou seja, há uma relação de proximidade direta, possibilitando identificar uma reciprocidade *face a face*, gerando uma relação de confiança, amizade e reputação entre o produtor e consumidor.

A venda de evento ocorre, porém só o empreendimento B que o faz. A empresária sempre tem participado de eventos de promoção da biodiversidade do Cerrado, neste caso, também há uma relação de proximidade direta e é possível identificar a reciprocidade *face a face* nestas situações. O empreendimento A também é atuante e participa destes mercados de eventos, porém não foi considerado na pesquisa, pelo fato destes não estarem caracterizados como circuitos curtos de comercialização.

4.4 Conclusões do Capítulo

A pesquisa em questão teve por objetivo compreender as ações coletivas, no que tange à forma como os agroextrativistas se organizam para inserção de produtos da biodiversidade do Cerrado nos circuitos curtos de comercialização. Os resultados da pesquisa apontaram a ausência da ação coletiva ao se considerar as organizações formais, como associações/cooperativas. Entretanto, dentro dos arranjos e empreendimentos familiares foram possíveis identificar a ocorrência da ação coletiva.

O estudo mostrou com clareza a formação dos circuitos curtos de comercialização para os agroextrativistas, sendo esta a principal forma de acesso aos mercados.

Para uma melhor compreensão, o quadro 11 mostra os objetivos específicos da pesquisa relacionando-os os principais resultados alcançados.

Quadro 11 – Análise comparativa dos objetivos específicos da pesquisa com os principais resultados alcançados

Objetivos específicos	Principais resultados alcançados
Levantar e identificar agroextrativistas, empreendimentos e demais atores envolvidos (formais e informais) na comercialização de frutos do Cerrado e seus derivados no município de Pirenópolis – GO; e analisar suas principais formas de organização;	Foram identificados três povoados principais, sendo: uma associação em Caxambu, quatro agroextrativistas em Bom Jesus, três agroextrativistas no povoado da Placa, bem como três empreendimentos familiares, sendo dois extrativistas e um que compra os frutos de extrativistas da região.
Estudar a ocorrência da ação coletiva, identificando as estruturas elementares de reciprocidade nas principais formas de organizações dos agroextrativistas de frutos do Cerrado em Pirenópolis;	É ausente a ação coletiva ao considerar as organizações formais, associação ou cooperativas, porém a ação coletiva é presente dentro dos arranjos e empreendimentos familiares; Foram identificados casos de reciprocidade binária assimétrica em famílias do povoado da Placa e Bom Jesus e reciprocidade simétrica (<i>face a face</i>) nas vendas diretas e vendas de eventos.
Investigar os principais canais de comercialização dos produtos dos agroextrativistas na região selecionada;	Os principais canais de comercialização são as vendas diretas e indiretas, com no máximo um agente intermediário. Onde predomina a venda indireta em estabelecimentos em Pirenópolis, principalmente em lojas, restaurantes e pousadas.
Identificar e analisar os fatores decisórios envolvidos na forma de organização adotada pelos agroextrativistas de Pirenópolis.	Dentre os aspectos decisórios para o fortalecimento dos arranjos e empreendimentos familiares - sendo estas as principais formas de entradas aos circuitos curtos de comercialização -, estão o oportunismo; falta de confiança e cooperação das organizações coletivas que existiram; e a ausência de participação em organizações coletivas.

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados apontam que é praticamente ausente a ação coletiva dos agroextrativistas no formato de organizações coletivas, em Pirenópolis – GO para acesso aos mercados. Existiu toda uma iniciativa e mobilização a partir de 1996/1997, que na época repercutiu muito bem, e que possibilitou uma boa divulgação dos produtos da biodiversidade do Cerrado em Pirenópolis. Naquele período, ainda era possível se observar a existência da ação coletiva, haja vista que havia toda uma organização coletiva para entrada nos mercados de Pirenópolis. Porém, com o passar do tempo, aqueles que estavam envolvidos nas associações não ficaram

satisfeitos, conforme análise em que foram identificados conflitos de interesses, oportunismo, “caronas”, entre outros, enfraquecendo de forma profunda as organizações coletivas.

O estudo considerava, até pelo mercado potencial de Pirenópolis, pelo interesse que os estabelecimentos têm pelos produtos artesanais, pela sua valorização local, que seria presente a organização coletiva de agroextrativistas para entrada nos mercados, porém não é o que ocorre. Hoje se percebe que os agroextrativistas entram nos mercados em formato de arranjos e empreendimentos familiares, onde a ação coletiva acontece dentro dessas diversas acomodações.

Os circuitos curtos de comercialização são as principais formas de acesso aos mercados para os agroextrativistas, por meio dos arranjos e empreendimentos familiares. Desta forma, considera-se que exista uma relação de proximidade entre seus consumidores finais, possibilitando uma relação direta de confiança e reputação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como proposta estudar a ação coletiva dos agroextrativistas para acesso aos circuitos curtos de comercialização em Pirenópolis – GO. Nesse contexto de estudo, considerou-se a seguinte questão de pesquisa: **Como os agroextrativistas se organizam para acessar os circuitos curtos de comercialização em Pirenópolis – GO?**

Para responder a tal questão, o estudo considerou as experiências coletivas mal sucedidas e a falta de experiência em iniciativas coletivas, em formato de associações e/ou cooperativas, como aspectos decisórios que propiciaram a predominância do arranjo e empreendimento familiar ao invés das organizações coletivas para acesso aos circuitos curtos de comercialização.

Aqueles que participaram em algum momento de uma experiência coletiva, como no caso das associações Promessa de Futuro e CENESC, hoje optam, em sua maioria, por trabalhar no âmbito familiar, devido aos conflitos ocorridos anteriormente. Ao mesmo tempo, aqueles que não tiveram nenhuma experiência coletiva, desconhecem e não possuem uma mentalidade colaborativa formada, ou seja, preferem continuar trabalhando apenas com relações entre os membros familiares.

Outra questão fundamental está relacionada à característica dos povoados pesquisados, uma vez que os mesmos não são considerados povos e/ou comunidades tradicionais, e nem passaram por experiências de assentamentos da reforma agrária, sendo comunidades que ainda não possuem a iniciativa colaborativa enraizada. Pode-se inferir que os agroextrativistas da região, passaram a conhecer o potencial dos frutos nativos do Cerrado por intermédio dos seguintes fatores: da participação das associações Promessa de Futuro e/ou CENESC; de projetos voltados para o aproveitamento alimentar destes frutos; decorrente da maior divulgação do potencial destes frutos; e pela possibilidade de obtenção de uma renda extra, por meio da agregação de valor destes frutos. De todo modo, esses fatores possibilitaram uma maior conscientização e valorização da biodiversidade do Cerrado em Pirenópolis.

Apesar da fragilidade das organizações coletivas voltadas para o agroextrativismo na região, conclui-se que é importante essa forma de organização, por possibilitar que os mesmos tenham acesso a cursos, capacitações, financiamentos, políticas públicas, entre outros

benefícios. Assim, espera-se que os resultados desta pesquisa incentivem novos estudos, novos projetos e programas futuros para fortalecimento e resgate destas organizações.

Os mercados em Pirenópolis são acessíveis aos agroextrativistas, além de terem uma boa aceitação, principalmente pelos turistas. Muitos agroextrativistas se inserem nos mercados pelos circuitos curtos de comercialização. A pesquisa conseguiu identificar os principais tipos de mercados viabilizados pelos circuitos curtos de comercialização da associação, dos empreendimentos e dos agroextrativistas entrevistados, sendo interessante destacar que poucos comercializam para outras regiões, optando em comercializar, em sua maioria, localmente. O empreendimento A (Trem do Cerrado) é uma das exceções, por comercializar mais em Goiânia e em Brasília do que na própria região.

Por fim, a pesquisa confirmou a importância de se estudar a ação coletiva em grupos de agroextrativistas, conforme resultados apontados. Considera-se fundamental a viabilização de circuitos curtos de comercialização para os agroextrativistas, uma vez que foi identificado que seu acesso é facilitado, devido ao mercado potencial existente e pela valorização constante dos produtos locais, no caso do município de Pirenópolis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, S.P.; SILVA, J.A.; RIBEIRO, J.F. **Aproveitamento alimentar de espécies nativas dos cerrados: araticum, baru, cagaita e jatobá**. Embrapa-CPAC, Planaltina, p. 82, 1987.
- ANDRADE, D. P. ; LUCENA, J. G. ; REIS, C. V. S. ; BARBOSA-SILVA, D. ; DINIZ, J. D. A. S. . Identificação de usos de frutos do Cerrado em estabelecimentos do ramo alimentício no Distrito Federal. **In: 49º congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER**, 2011. v. 49.
- ANDRADE, D. P.; DINIZ, J. D. A. S.; BARBOSA-SILVA, D. Mapeamento e tipologia dos fornecedores de frutos do Cerrado para estabelecimentos do ramo alimentício e industrial do Distrito Federal e Entorno. **In: 9º Congresso de Iniciação Científica do DF e 18º Congresso de Iniciação Científica da UnB**. Brasília: Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, Programa de Iniciação Científica – PROIC, 2012.
- AQUINO, F. G.; OLIVEIRA, M. C. **Reserva Legal no Bioma Cerrado: uso e preservação**. Planaltina – DF: Embrapa Cerrados, v. 158, p. 25, 2006.
- AQUINO, F. G.; RIBEIRO, J.F.; GULIAS, A.P.S.M.; OLIVEIRA, M.C.; BARROS, C.J.S.; HAYES, K.M.; SILVA, M.R. 2008. Uso sustentável das plantas nativas do Cerrado: oportunidades e desafios. **In: Parron, L.M. et al. Cerrado: desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados.
- AVIDOS, M.F.D.; FERREIRA, L.T. Frutos do cerrado: preservação gera muitos frutos. **Biotecnologia, Ciência e Desenvolvimento**, v. 3, n. 15, p. 6, 2004. Disponível em: <http://www.biotecnologia.com.br/>.
- AYRES, S. A. S. A.; SOUSA, I. C. P.; TOBIAS, R. Reserva legal: noção histórica e principais características. **Judicare**, v. 2, n.º 2, 2012. Disponível em: <http://ienomat.com.br/revistas/index.php/judicare/rt/printerFriendly/21/116>. Acesso em: 10/nov/2015.
- BATALHA, M. As cadeias de produção agroindustriais: uma perspectiva para o estudo das inovações tecnológicas. **Revista de Administração**, 1995. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/principal.asp?artigo=299>.
- BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas**. – Belo Horizonte: Mandamentos, p. 222, 2006.
- BISPO, T. W. **Agroextrativismo no Vale Do Rio Urucuia – Minas Gerais: formas de organização da produção e da distribuição**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2014.
- BRASIL Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 22/nov/2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Lei n° 9.985, 18 de jul de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 05/nov/2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei novo código florestal. Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n°s 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis n°s 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória n° 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 mai. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83. Acesso em: 05/nov/2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 6.874, de 5 de junho de 2009. Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6874.htm. Acesso em: 22/nov/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**, 2009. Disponível em: <http://www.mda.gov.br>. Acesso em: 01/dez/2015.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis. **Monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros por satélite acordo de cooperação técnica MMA/IBAMA. Monitoramento do Bioma Cerrado 2009-2010**. Brasília: 2011. Disponível em: www.mma.gov.br

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas no Cerrado. **PP Cerrado**. Brasília, p. 152, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano de ação para prevenção e controle do desmatamento e queimadas**, BRASÍLIA, 2011.

CARRAZZA, L. R. (org.). **Normas fiscais, Sanitárias e Ambientais: Regularização de Agroindústrias Comunitárias de Produtos de Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2011.

CARRAZZA, L.; ISABEL, I (orgs). **Cerrado Que Te Vivo! – Produtos e Meios de Vida Sustentáveis Apoiados pelo Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-ECOS)**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), 2014.

CASTRO, A. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. **XXII Simpósio de Gestão da Inovação Tecnológica**, p.14, 2002.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts: évaluations, définitions et typologie. **Les Cahiers de l' Observatoire CROC**, v. 2004, p8, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Elsevier Brasil, 2003.

CRUZ, F.T; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. **Agroecologia: Práticas, Mercados e Políticas para uma Nova Agricultura**, p.139-170, 2011.

DIAS, B.F.S. Conservação da biodiversidade no bioma Cerrado: histórico dos impactos antrópicos no bioma Cerrado. **Savanas: Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**, p. 303-333, 2008.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V.; SILVA, V. C. F.; FIGOLS, F. A. B.; ANDRADE, D. **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, COBIO - Coordenadoria da biodiversidade, NUPAUB - Núcleo de pesquisas sobre populações humanas e áreas úmidas e brasileiras - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.**

DINIZ, J. D. A. S. **Avaliação-construção de projetos de desenvolvimento local a partir da valorização dos produtos florestais da Amazônia brasileira: caso da castanha-do-brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2008.

DINIZ, J. D. A. S.; BARBOSA-SILVA, D.; SOUZA, C.; FIGUEIREDO, A. S.; WEHRMANN, M. E. S. F.; COSTA, M. P. C. Agregação de valor a espécies vegetais nativas do Cerrado para mercados diferenciados. **In: III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, 2011.

FAO. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Disponível em: <http://www.fao.org/forestry/nwfp/es/>. Acesso em: 25/nov/15.

GAIGER, L. I. Significados e tendências da economia solidária. **In: (Organizador/es?) Sindicalismo e Economia Solidária**. Reflexões sobre o projeto da CUT. 1999.

GAIGER, L.I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Centro de Estudos Sociais, n 84, p. 81-99, 2009. Disponível em: <http://rccs.revues.org/401>.

GAZOLLA, M. Atores sociais e novidades na agroindústria familiar rural: avançando nos debates sobre os seus mercados. **In: III Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre, 2011.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisas**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo curso de graduação em tecnologia – planejamento e gestão para o desenvolvimento rural SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRG, 2009.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas** – 4.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GONÇALO, J. E. Gestão e comercialização de produtos florestais não madeireiros da biodiversidade do Brasil. **In: XXVI ENEGEP** - Fortaleza, 2006.

GONÇALVES, W. A. A nova lei de falências e as empresas recuperadas sob o sistema de autogestão. **Mercado de Trabalho**, p. 53-62, 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>

HADIN, G. The Tragedy of the commons. **Revista Science**, vol. 162, nº 3859, 1968. Disponível em: http://garrethhardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html. Acesso em: 22/out/2015.

HOMMA, A.K.O. **Dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica**. Belém: Embrapa CPATU, 1990.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades**. Brasília: Embrapa-SPI, 1993.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, p.97, 2008.

HOMMA, A.K.O. Uma tentativa de interpretação teórica do extrativismo amazônico. **Acta Amazonica**, 12(2): 251-255, 1982.

IBGE. **Censo Demográfico**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25/04/2015.

IBGE. **Mapa de biomas do Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: MMA; IBAMA, 2004b. Escala 1: 5.000.000.

IBGE. **Produção da extração vegetal e da silvicultura**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, v. 29, p.1-56, 2014.

IMB. **Perfil Socioeconômico dos Municípios Goianos**. Instituto Mauro Borges de Estatísticas e estudos socioeconômicos, S/D. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/> Acesso em: 20/12/2015.

ISPAN. **Entraves regulatórios na produção agroextrativista**. Instituto Sociedade, População e Natureza, 2012. Disponível em: <http://www.ispan.org.br>. Acesso em: 07/02/2015.

ISP.N. **Portfólio**. Instituto Sociedade, População e Natureza, 2013. Disponível em: <http://www.ispn.org.br>. Acesso em: 10/03/2015.

JUNQUEIRA, N. T.V.; JUNQUEIRA, K.P.; PEREIRA, A. V.; et al. Frutíferas nativas do cerrado: o agroextrativismo e a busca da domesticação. IN: **XXII Congresso Brasileiro de Fruticultura**, Bento Gonçalves – RS, 2001.

KAHAN, D. M. The logic of reciprocity: trust, collective action, and law. **Michigan Law Review**, v. 102, n. 71, p 71-103, 2003. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/abstract=361400>

KLINK, A. C.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado Brasileiro. **Megabiodiversidade**, Volume 1, Nº 1, 2005. Disponível em: www.conservacao.org. Acesso em: 10/03/2015.

MACHADO, F. S. **Manejo de Produtos Florestais Não Madeireiros: um manual com sugestões para o manejo participativo em comunidades da Amazônia**. Rio Branco, Acre: PESACRE e CIFOR, p. 105, 2008.

MELO, S. W. C. **Extrativismo Vegetal como Estratégia de Desenvolvimento Rural no Cerrado**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2013.

MENDONÇA R. C., FELFILI J. M., WALTER B. M. T., SILVA JÚNIOR M. C., REZENDE A. V., FILGUEIRAS T. S., NOGUEIRA P. E., **Flora vascular do bioma Cerrado**: checklist com 12.356 espécies. Pp. 423-1279. In: S.M. Sano; Almeida, S.P. & J.F. Ribeiro (eds.). **Cerrado: ecologia e flora**. v. 2. Brasília, Embrapa Informação e Tecnologia

MORVAN, Y., **Filière de Production: Fondementes d’Economie Industrielle**. Paris: Economica, 1985.

MOTA, D. M; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no nordeste brasileiro. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 46, nº 01, p. 121-143, 2008.

MOTA, D. M; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. O extrativismo em tempos de globalização no nordeste brasileiro. In: **Sociedade Brasileira de Sociologia**, 13. Recife. Anais. Recife: SBS, 2007.

MOYSÉS, A.; SILVA, E. R. Ocupação e urbanização dos cerrados: desafios para a sustentabilidade. **Cadernos Metrôpole**, v. 20, p. 197-220, 2008.

NASCIMENTO, M. A., **As Práticas Alimentares na Sociedade Globalizada: o caso do movimento Slow Food**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

NOGUEIRA, M.; FLEISCHER, S. Entre tradição e modernidade: potenciais e contradições da cadeia produtiva agroextrativista no Cerrado. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 13, n. 1, p. 125-157, 2005.

OLIVEIRA, E.; VANDERLEI, J. C.; MARTINS, T. K. M.; ROCHA, E. V. Caracterização do Mercado Consumidor do Pequi (Caryocar brasiliense Camb.), em Goiânia – GO. In: **46º Congresso Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural**. SOBER. Rio Branco– Acre. 2008.

OLSON, M. **Logica da Ação Coletiva: Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: EdUSP, 1999.

OSTROM, E. Collective action and local development processes. **Sociologic**, p. 1-32, 2007. Disponível em: <http://www.rivisteweb.it/doi/10.2383/25950>. Acesso em: 20/jun/2015.

OSTROM, E. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. Ed. New York: Cambridge University Press, 1990.

PINTO, D. M. **O uso de recursos de propriedade comum em áreas de propriedade estatal por populações tracionais e assentados da reforma agrária**. Tese (Doutorado em Administração, áreas Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Administração de Brasília, Universidade de Brasília, 2014.

Pirenópolis. **Povoados**. Disponível em: <http://www.pirenopolis.com.br/povoados>. Acesso em: 20/nov/2015.

PIRENÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Plano Municipal de Turismo de Pirenópolis – Goiás**, 2012. Disponível em: www.pirenopolis.go.gov.br. Acesso em: 26/nov/2015.

PLOEG, J. D. van der., Renting, H., Brunori, G., Knickel, K., Mannion, J., Marsden, T., ... & Ventura, F. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, 2000.

PLOEG, J. D. van der.; JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development reconsidered: on comparative perspectives from China, Brasil and the European Union. **Revista de Economia Agraria**. LXV, n° 2, p. 1-28, junho 2010

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2nd. tradução de Fanny Wrabel. Ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000

PREZOTTO, L. L.; Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas, Florianópolis**: EDUFSC, n. 31, p. 133-153, 2002.

RHODIN, A. Hotspots, prioridades de conservação. **Conservação Internacional Brasil, reportagem**. Disponível em: <http://www.conservation.org.br> . Acesso em: 23/03/2015.

RIBEIRO, J.F.; WALTER, B.M.T. Fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S.M.; ALMEIDA, S.P. (Eds.). **Cerrado ambiente e flora**. Planaltina: Embrapa, 1998.

RIBEIRO, R.F. Da Amazônia para o Cerrado: as reservas extrativistas como estratégias socioambientais de conservação. **Sinapse Ambiental edição especial**, PUC – Minas Gerais, p. 12-32, 2008.

ROSEMBLOOM, B. **Marketing Channels: a management view**. Orlando (FL): The Dryden Press, 1999.

RUGNITZ, M. T.; SILLS, E.; BAUCH, S. C. **Atravessadores de açaí (*Euterpe oleracea*, Mart.): os dois lados da moeda**. Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia. 1 ed. Belem, Brasil: IMAZON, 2007.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**; traduzido do francês por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric. Economia solidária no meio rural brasileiro: uma análise a partir da noção de reciprocidade. In: **Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, VII, Quito**. 2006.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do vale dos vinheiros**. Tese (Dourado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 170 f, 2010.

SCHNEIDER, S. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não-agrícolas. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul - RS, v. 9, n. 3, p. 75-109, 2005.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. Curtas, cooperação de qualidade na agricultura familiar: o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SENAES. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. Brasília: MTE, SENAES, 2006. 60 p.: il. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/>

SILVA, B. C., SILVA, M. C., Demandas turísticas, crescimento da malha urbana e dos problemas sócio-ambientais em Pirenópolis, Estado de Goiás, decorrentes da proximidade com Brasília-DF. **Revista de Turismo Patrimônio Cultural**, PASOS. Vol. 9 Nº 2 págs. 367-381, 2011.

SINGER, P. I. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos avançados** 18 (51), 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/>.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, P. I. SOUZA, A. R. (ORG). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

SLOW FOOD. **As fortalezas Slow Food: como criar uma fortaleza, estabelecer relações com os produtores organizar as atividades do projeto**, 2013. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/publicacoes>. Acesso em: 26/nov/2015.

- SLOW FOOD. **O movimento Slow Food Brasil**, 2007. Disponível em: <http://www.slowfoodbrasil.com/slowfood/o-movimento>. Acesso em: 08/dez/2015.
- SOUZA, J. R. Mapa de localização dos Convívios Slow Food no Brasil. 2014. Escala 1:47.000.000. In: **NASCIMENTO, M. A., As Práticas Alimentares na Sociedade Globalizada: o caso do movimento Slow Food**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, p.188, 2014.
- SPROESSER, R. L.; LIMA FILHO, D. O. Varejo de alimentos: estratégia e marketing. In: BATALHA, M. O. (Org). **Gestão Agroindustrial**. Vol 1, 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007. p.257-335.
- STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage, 2000. Aput: GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas** – 4.Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- TEMPLE, D. As origens antropológicas da reciprocidade. **Jornal do Mauss**, p. 1-18, 2009. Disponível em: <http://www.jornldomauss.org/periodico/?p=793>.
- VIEIRA, R. F.; AGOSTINI-COSTA, T. S.; SILVA, D. B.; SANO, S. M.; FERREIRA, F. R. **Frutas Nativas da Região Centro-Oeste do Brasil**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, p. 332, 2010.
- WILKINSON, J. **Mercados, Redes e Valores: o novo mundo da agricultura familiar** – Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**; trad. Daniel Grassi – 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- ZYLBERSZTAJN, D., NEVES, M.F. (Orgs.) **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DE CAMPO AGROEXTRATIVISTAS
(PRÉ-TESTE)**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

ROTEIRO DE ENTREVISTA DE CAMPO: AGROEXTRATIVISTAS

Entrevistadora: Daniquele Pinho Andrade

Data da entrevista: _____

1. Nome da comunidade e localidade

2. Nome do agricultor/extrativista

3. Idade

4. Há quanto tempo mora no local?

5. Há quanto tempo pratica extrativismo? (Desde quando trabalha com a coleta de frutos do Cerrado?)

6. Quais o(s) principal(is) fruto(s) coletado(s)?

7. Além do extrativismo, você produz algum alimento ou cria algum animal para consumo e venda? Quais deles são para consumo da família e quais são para serem vendidos?

8. Como vende os frutos coletados? Diretamente como são coletados ou depois de beneficiado/processado?

9. Como vende os produtos agrícolas? Diretamente quando são colhidos ou beneficiados/processados?

10. Já recebeu algum tipo de apoio financeiro para a coleta/beneficiamento dos frutos do cerrado? Se sim, qual. Se não, por quê?

11. Já recebeu algum tipo de apoio técnico para a coleta/beneficiamento de algum fruto do cerrado? Se sim, qual. Se não, por quê?

12. Participa de algum evento, feira, seminários para promoção dos produtos do Cerrado? Qual?

13. Você participa de alguma política pública (PAA, PNAE, PRONAF)? Se sim, como você se articularam para demandar e acessar as políticas, e se negativo, quais são as dificuldades para conseguir acessar as políticas públicas?

14. Você acha que a procura pelos produtos do extrativismo do Cerrado tem aumentado? Por quê? O que isso tem causado?

15. Você comercializa de forma cooperativista? Por meio de uma cooperativa, associação ou outra forma de grupo? Em caso negativo, porque opta em trabalhar individualmente?

16. O que mudou para você (ou na sua família, ou na sua propriedade) depois que começou a comercializar os frutos do Cerrado pela cooperativa, associação ou outros tipos de grupos?

17. Aonde você vende seus produtos pela “cooperativa”? (Feiras, direto para o consumidor, restaurantes)

18. Você vende seus produtos por conta própria também? De que forma?

19. Em que regiões você vende seus produtos dentro e fora da “cooperativa”? Dentro do seu município ou também em outras regiões?

20. Como é a sua relação com os seus clientes? Você já tem consumidores e estabelecimentos fixos?

21. Para você, qual é o diferencial para manter essa relação fixa com seus consumidores e estabelecimentos?

22. O que levou você a entrar na cooperativa, associação ou outros tipos de grupos?

23. O seu objetivo ao entrar na “cooperativa” está sendo realizando?

24. O que você mais gosta de fazer dentro da “cooperativa”?

25. Quais os elementos mais importantes para você continuar participando da “cooperativa”?

26. Você sentiu alguma dificuldade ao entrar na “cooperativa”? Qual?

27. Você conseguiu superar essa dificuldade?

28. Você tem algum problema de relacionamento com alguém do grupo?

29. Como esses conflitos foram resolvidos?

30. Quais foram os maiores aprendizados dentro da “cooperativa”?

31. Como é a forma de divisão do retorno econômico das vendas dos produtos de frutos do Cerrado?

32. Existe algum regulamento interno com regras e normas do grupo?

33. O que acontece quando alguém descumpre alguma regra ou norma?

34. As decisões são tomadas coletivamente?

35. Você conhece essas regras e normas?

36. Quais são as outras atividades que vocês fazem juntos?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA ORGANIZAÇÃO (PRÉ-TESTE)**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS****ROTEIRO DE ENTREVISTA DE CAMPO: ORGANIZAÇÃO**

Entrevistadora: Daniquele Pinho Andrade

Data da entrevista: _____ Horário de início: _____

1. Nome da organização

2. Nome do responsável

3. Idade

Organização coletiva e o agroextrativismo

4. Há quanto tempo participa da organização coletiva?

5. Qual é a sua função dentro da organização coletiva?

6. Há quanto tempo existe a organização coletiva?

7. Você sabe me dizer a origem da organização coletiva? O que motivou para sua criação?

8. Em média, quantas pessoas hoje estão dentro da organização coletiva?

9. Qual é o principal objetivo da organização coletiva?

10. Quais são os principais frutos do cerrado que a organização coletiva comercializa?

Canais de comercialização

11. Comercializa de forma in natura ou passa por algum processo de beneficiamento/processamento?

12. Em que regiões os produtos são vendidos?

13. Em que tipos de estabelecimentos e de que forma acontece a venda dos produtos?

14. Como é a relação da organização coletiva com os seus clientes? A organização comercializa com consumidores e estabelecimentos fixos?

15. Para você, qual é o diferencial para manter essa relação fixa da organização coletiva com seus consumidores e estabelecimentos?

16. A organização coletiva participa de feiras, eventos, para a promoção dos frutos do cerrado?

Ação coletiva

17. Como é a distribuição do retorno econômico para os cooperados?

18. Existe algum regimento interno (estatuto), com normas e regras? Os cooperados tem acesso a isso? O que consta dentro do estatuto da cooperativa?

19. Como a organização coletiva lida com cooperados que não respeitam essas regras e normas?

20. Existe ou já existiu algum conflito interno entre os cooperados?

21. Como a organização coletiva lida para solucionar esses conflitos?

22. Quais são as outras atividades que a organização coletiva disponibiliza aos seus cooperados?

23. As decisões das cooperativas acontecem de forma coletiva? Ou primeiro passa por uma instancia maior?

24. Além da venda dos produtos pela cooperativa, existe outras formas que os membros ajudam seus cooperados, ex: mutirão para construção de uma casa, mutirão para ajudar a plantar, cursos, capacitações e palestras?

25. De que forma você acredita que a cooperativa ajuda os seus cooperados?

26. Você diria que há uma relação de confiança entre os cooperados?

27. De que forma acontece a inclusão de um novo membro? Existe algum termo ou contrato, para entrada de um novo membro, ou isso acontece informalmente?

28. Quais são as medidas quando um membro resolve sair da organização? Como a organização lida com isso?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTAS DE CAMPO**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS****ROTEIRO DE ENTREVISTA DE CAMPO**

Entrevistadora: Daniquele Pinho Andrade

Data da entrevista: _____ Horário de início: _____

1. Nome da comunidade e localidade

2. Nome

3. Idade

4. Há quanto tempo mora no local?

Agroextrativismo dos frutos do Cerrado

5. Você é extrativista? Se sim, há quanto tempo? (Desde quando trabalha com a coleta de frutos do Cerrado?)

6. Quais o(s) principal(is) fruto(s) coletado(s)?

7. Além do agroextrativismo, você produz algum alimento ou cria algum animal para consumo e venda? Quais deles são para consumo da família e quais são para serem vendidos?

8. Como vende os frutos coletados? Diretamente como são coletados ou depois de beneficiados/processados?

9. Como vende os produtos agrícolas? Diretamente quando são colhidos ou beneficiados/processados?

10. Já recebeu algum tipo de apoio financeiro para a coleta/beneficiamento dos frutos do cerrado? Se sim, qual. Se não, por quê?

11. Já recebeu algum tipo de apoio técnico para a coleta/beneficiamento de algum fruto do cerrado? Se sim, qual. Se não, por quê?

12. Participa de algum evento, feira, seminários para promoção dos produtos do Cerrado? Qual? Vão em grupo ou como representante (de um grupo, comunidade, organização)?

13. Você participa de alguma política pública (PAA, PNAE, PRONAF)? Se sim, como você se articula para demandar e acessar as políticas, e se negativo, quais são as dificuldades para conseguir acessar as políticas públicas?

Organizações coletivas e outras formas de inserção nos mercados

14. Você comercializa de forma coletiva? Por meio de uma cooperativa, associação ou outra forma de grupo?

15. Porque você optou em trabalhar individualmente? Como é a forma que você se insere nos mercados?

16. Em algum local é difícil entrar no mercado por conta própria? Em que tipo de local você tem dificuldade de vender seu produto sozinho?

17. O que mudou para você (ou na sua família, ou na sua propriedade) depois que começou a comercializar os frutos do Cerrado pela cooperativa, associação ou outros tipos de grupos?

18. Qual a origem da sua empresa? Qual é o diferencial, que o inspirou para se tornar um empreendedor individual?

19. Você de alguma forma auxilia outros extrativistas, cooperativas de frutos do cerrado (na compra/venda/divulgação dos seus produtos)?

Canais de comercialização

20. Aonde você vende seus produtos pela “cooperativa”? (Feiras, direto para o consumidor, restaurantes)

21. Você vende seus produtos por conta própria também? De que forma?

22. Em que regiões você vende seus produtos dentro e fora da “cooperativa”? Dentro do seu município ou também em outras regiões?

23. Como é a sua relação com os seus clientes? Você já tem consumidores e estabelecimentos fixos?

24. Para você, qual é o diferencial para manter essa relação fixa com seus consumidores e estabelecimentos?

25. Na comunidade, existe momento coletivo? Festas, eventos religiosos? Como vocês se organizam e mobilizam o pessoal para participarem?
